



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Central de Compras

SENHORES LICITANTES:

OBSERVAR COM ATENÇÃO AS DESCRIÇÕES DETALHADAS DOS ITENS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL DE LICITAÇÃO, DE MODO A EVITAR FALHAS NAS COTAÇÕES QUE, EVENTUALMENTE, POSSAM ACARREAR EM DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS.

OS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS VENCEDORAS DEVERÃO EFETUAR O CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO NO PORTAL SEI/GDF, por meio do link: <https://www.portalsei.df.gov.br/usuario-externo/>, CONSIDERANDO SUA OBRIGATORIEDADE PARA ASSINATURA DO CONTRATO/ATA.

EDITAL DE LICITAÇÃO

UASG 926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF

CNPJ: 00.394.700/0001-08 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 07.329.505/001-89

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.181/2026 – SES/DF

TELEFONE: 61) 3449-4178 ou 4179

Data fim de recebimento de propostas: 24/06/2026 às 8 horas e 59 minutos

Horário da Fase de Lances: 24/06/2026 às 9 horas

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

ADJUDICAÇÃO: POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO/FECHADO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

ESTIMATIVA GERAL: CARÁTER PÚBLICO

PROCESSO Nº: 00060-00108972/2024-11

VALOR PREVISTO PARA CONTRATAÇÃO: R\$ 550.301,76 (quinhentos e cinquenta mil trezentos e um reais e setenta e seis centavos)

OBJETO: O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para a prestação de **SERVIÇOS DE ENSAIO DE PROFICIÊNCIA** (Controle Externo da Qualidade) para Laboratório Clínico, para atender às necessidades da Secretaria de Saúde – DF, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital.

A **Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF**, por meio do(a) Central de Compras - CCOMP/DAQ/SUCOMP/SECCIC/SES-DF, sediada no SRTVN 701 Norte, lote D, Edifício PO 700, 2º andar, Central de Compras - Brasília/DF, CEP: 70.719-040, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, mediante as condições estabelecidas neste Edital, de acordo com a Lei n.º 14.133/2021, regulamentada no âmbito do Distrito federal pelo Decreto 44.330/2021, e alterações posteriores, Lei Distrital 6.112, de 02/02/2018, alterada pelas Leis nº 6.176/2018 e 6.308 de 13/06/2019 e regulamentada pelo Decreto 40.388 de 14/01/2020, além de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para a prestação de **SERVIÇOS DE ENSAIO DE PROFICIÊNCIA** (Controle Externo da Qualidade) para Laboratório Clínico, para atender às necessidades da Secretaria de Saúde – DF, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital.
- 1.2. A licitação será realizada em único item, conforme tabela constante no Anexo I do Edital.
- 1.3. Especificações acerca do objeto do certame:

ITEM	CÓDIGO BR	AMPLA CONCORRÊNCIA - DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE (número de laboratório atendidos)
1	19127	Serviço de ensaio de Proficiência (Controle Externo da Qualidade) para laboratório clínico, por empresa especializada	Unidade	16

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas.

- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 2.3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 2.3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo para isso fazer o seu devido enquadramento como ME ou EPP em campo próprio no sistema, QUANDO DO CADASTRO DE SUA PROPOSTA, DECLARANDO assim, para fins legais, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, pela Lei Distrital n.º 4.611 de 2011, e pelo Decreto Distrital n.º 35.592 de 2014, que estão aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos seus artigos 42 a 49 e que não se enquadram nas situações relacionadas no art. 3º da citada Lei Complementar.
- 2.6. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação desta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- 2.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (art. 22, § 1º da Lei Distrital nº 4.611 de 2011).
- 2.6.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 2.6.1., implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133 de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 2.7. Nas licitações de ampla concorrência será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 2.7.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam de até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada.
- 2.8. Para efeito do disposto no 2.7, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- 2.8.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame;
- 2.8.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificadas, serão convocadas as próximas colocadas que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 2.7.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 2.8.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos 2.8.1 e 2.8.2 será realizado sorteio, aleatório e automático pelo sistema, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 2.9. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos 2.8, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 2.9.1. O disposto no 2.8 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 2.9.2. No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 2.10. Para o cumprimento do disposto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Distrital 4.611/2011, a administração pública:
- 2.10.1. Em atendimento à exigência estabelecida no inc. III do art 49 da Lei Complementar nº 123/2006, c/c art. 23 da Lei Distrital nº 4.611/2011, o item **01** que compõe o objeto deste edital será destinado à **AMPLA CONCORRÊNCIA**, conforme previsão constante no Anexo I deste Edital;
- 2.11. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.11.1.
- 2.12. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.12.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.12.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.12.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.12.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de licitar e contratar com o Distrito Federal, em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.12.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles

seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.12.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.12.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.12.8. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

a) A participação de consórcios não será admitida, pela natureza do serviço. Tal vedação justifica-se pelo fato de que o objeto desta contratação não se enquadra às hipóteses de alta complexidade do serviço ou valores extremamente altos que indicariam a necessidade de associação de empresas para essa pretensão;

b) É de se destacar, ademais, que qualquer empresa com as qualificações técnicas e econômico-financeiras exigidas é capaz de atender ao objeto do contrato, afastando os fundamentos autorizadores da utilização de consórcio;

2.12.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, de licitação, contratação ou execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários, agente público de órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta do Poder Executivo do Distrito Federal contratante ou responsável pela licitação, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.12.9.1. A vedação do subitem 2.11.9 aplica-se para as condições de Proprietário, Controlador, Administrador, Gerente ou Diretor de Pessoa Jurídica, independentemente das denominações adotadas e do nível quantitativo ou qualitativo de participação no capital ou patrimônio (Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019);

2.12.9.2. A vedação do subitem 2.11.9 aplica-se aos executores de contratos que trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos cinco anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas.

2.12.9.3. A vedação do subitem 2.11.9 aplica-se ao agente público licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título.

2.12.9.4. Fica vedada a participação de sociedades cooperativas no presente certame.

a) A participação de sociedade cooperativa não será admitida, pela natureza do serviço, conforme disposto na Súmula nº. 281 do Tribunal de Contas da União:

"É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.

2.12.10. Empresas que se encontrem sob falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, estrangeiras que não funcionem no país;

2.12.10.1. Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial poderão participar de licitações públicas, desde que com plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente e que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica.

2.12.11. Empresas ou empresários que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital;

2.12.12. Pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de (alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016):

2.12.12.1. agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016); ou

2.12.12.2. agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016).

2.12.13. A vedação de que trata o item 2.11.12. aplica-se aos contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens, inclusive de serviços terceirizados, às parcerias com organizações da sociedade civil e à celebração de instrumentos de ajuste congêneres.

2.12.14. A vedação estende-se às uniões homoafetivas (art. 3º, § 3º do Decreto nº 32.751/2011).

2.12.15. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, ou do projeto básico ou executivo, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

2.12.16. Considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. O disposto aplica-se aos membros da comissão de licitação. (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF).

2.12.17. Não poderão participar para os mesmo(s) item(ns) do certame, pessoas jurídicas que tenham sócios em comum ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias umas das outras.

2.13. O impedimento de que trata o item 2.11.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.14. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.11.2 e 2.11.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.15. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.16. O disposto nos itens 2.11.2 e 2.11.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.17. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.18. A vedação de que trata o item 2.11.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.17.1. deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4.5. No momento do cadastro da proposta, o licitante deverá indicar uma única marca ou fabricante.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.5 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante, consoante o modelo de apresentação de propostas, Anexo I do Edital.

4.2. A proposta deverá, ainda, conter o valor unitário e total, com até duas casas decimais, em moeda nacional, para cada item a que concorrer.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

- 4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.10.
- 4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 78, X, da Lei Orgânica do Distrito Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 4.12. O julgamento da proposta será consoante aos critérios de aceitação estabelecidos no Termo de Referência.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
- 5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01% (um centésimo por cento).
- 5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.
- 5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.12. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

- 5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetuada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 5.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 5.20.2.2. empresas brasileiras;
- 5.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 5.20.3. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.20.4. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.20.5. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.20.6. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório
- 5.20.7. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.20.8. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.11 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>). [A20]

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.6.1 e 3.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos;

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.1.2. A licitante cuja habilitação parcial no SicaF acusar, no demonstrativo "Consulta Situação do Fornecedor", algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

7.1.3. Para fins de habilitação, não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencida.

7.1.4. Considerando o art. 156, III, da Lei nº 14.133 de 2021, será realizada prévia pesquisa junto ao Portal Oficial do Tribunal de Contas da União (consulta consolidada de Pessoa Jurídica) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com o Ente sancionador (Parecer nº 087/2020 PRCON/PGDF).

7.2. Para habilitação dos licitantes, será exigida, a seguinte documentação:

7.2.1. Qualificação técnica

7.2.1.1. A Contratada deverá comprovar a qualificação técnica, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, o qual comprove que a Contratada presta ou prestou os serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação;

II - Declaração expressa do Responsável Legal da empresa, passível de comprovação, que possui infraestrutura própria e pessoal técnico qualificado pertencente ao quadro da empresa e em quantidade suficiente para atender com presteza e qualidade dos serviços contratados;

a) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

III - **Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE)** emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) ou Autorização Especial (AE) quando se tratar de medicamentos ou substâncias, sujeitos a controle especial. Deverá ser apresentada a concessão (data de cadastro) da AFE ou AE, podendo ser cópia da publicação no Diário Oficial da União (DOU) - destacando a empresa - ou espelho de consulta da AFE ou AE disponível no site da ANVISA;

IV - **Alvará Sanitário** (ou Licença Sanitária) Estadual/ Municipal/ Distrital (vigente), conforme disposto na Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, regulamentado no Decreto nº 74.170 de 10 de junho de 1974;

V - **Certificado de Boas Práticas de Fabricação/ANVISA**: será obrigatório para os produtos deste termo de referência que sejam classificados como grau de risco Classes III e IV, segundo a RDC nº 15/2014. Não serão aceitos protocolos para solicitação do CBPF. Serão aceitos protocolos de Revalidação de CBPF.

a) Tratando-se de produto importado, apresentar Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) vigente da unidade fabril por linha de produção emitido pela autoridade sanitária brasileira ou expedido pela autoridade sanitária do país de origem, em plena validade e devidamente traduzido para a língua portuguesa por tradutor juramentado e consularizado.

7.2.1.2. Qualificação Profissional

I - Declaração, da Proponente, que possui em seu quadro permanente profissional com graduação em Medicina, ou Biomedicina, ou Farmácia, ou Biologia, de preferência com habilitação ou especialização em Análises Clínicas, todos devidamente registrados no Conselho Regional de Medicina ou Conselho Regional de Farmácia ou Conselho Regional de Biomedicina ou Conselho Regional de Biologia.

7.2.2. Regularidade fiscal e trabalhista

I - Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do sítio eletrônico da Secretaria de Economia do Distrito Federal - <https://ww1.receita.fazenda.df.gov.br/cidadao/certidoes/Certidao>;

II - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei nº 12.440 de 2011.

III - A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

IV - A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

V - A regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

VI - A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

VII - O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

7.2.3. Qualificação econômico-financeira

I - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, **datada dos últimos 90 (noventa) dias**, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores (**Nota Jurídica nº 09/2023 - PGCONS/PGDF (112651337) - 00060-00362229/2020-73 (112861425)**);

II - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, devidamente registrados, que comprovem a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

a) As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

b) Os documentos referidos no inciso II limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

c) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} \end{aligned}$$

d) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) sobre o montante do(s) item(ns) que a licitante pretende concorrer.

7.2.4. Habilitação jurídica:

I - A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

a) Cédula de identidade;

b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

- c) Procuração dos responsáveis por assinar a proposta ou, na falta desta, o contrato social da empresa;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- f) Prova de inscrição Estadual, Municipal ou do Distrito Federal; e
- g) Reprodução autenticada do Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial e acompanhados do ato de Eleição dos Administradores, ato de eleição da diretoria em exercício e composição societária da empresa, conforme a natureza da atividade da licitante, visando comprovar a adequação da finalidade da licitante com o objeto da licitação, bem como o cumprimento do art. 14 e §§ da Lei n.º 14.133 de 2021, inclusive para aferição de cumprimento da vedação de nepotismo, quando for o caso.

7.2.5. Declarações enviadas por meio do sistema Compras governamentais:

- I - Declaração, sob as penas da lei, afirmando a inexistência de fato impeditivo da habilitação, contendo o compromisso de comunicar eventual superveniência de fato dessa natureza.
- II - Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.
- III - Declaração de que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, se for o caso.
- IV - Declaração de Elaboração Independente de Proposta.
- V - Declaração de acessibilidade conforme disposto no art. 93 da Lei n.º 8.213 de 1991.
- VI - Declaração de que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

7.2.6. Declarações enviadas juntamente com as documentações de habilitação:

- I - A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a Declaração para fins do Decreto nº 39.860 de 2019, constante no Anexo III do Edital (Portaria CGDF nº 356/2019).

7.3. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

7.3.1. Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa (mesmo CNPJ).

7.4. Os órgãos e as entidades da administração direta, autarquia e fundacional do Distrito Federal devem adotar, nas licitações ou nas contratações diretas, critérios de sustentabilidade ambiental, como prevê a Lei Distrital nº 4.770 de 2012.

7.5. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

7.6. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

7.7. O pregoeiro poderá solicitar o envio de documentos originais ou autenticados, que deverão ser encaminhados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis para o endereço: SRTVN 701, Lote D, Edifício PO 700, 2º Andar, Sala Central de Compras, Brasília/DF; CEP 70.719-040 – CENTRAL DE COMPRAS (CCOMP).

7.8. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.8.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.9.1. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos, excepcionada a alínea "c" do subitem 7.2.4 do Edital.

7.9.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico no endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

7.11. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.12. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.13. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.14. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.14.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.15. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.15.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.15.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no caput, simultaneamente, os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º, do art.119, do decreto 44.330/2023.

7.16. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.16.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.16.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência:

7.17.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.17.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.18. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.15.1.

7.20. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. O processo permanecerá disponível para vistas aos interessados, mediante cadastro no SEI-DF e solicitação encaminhada ao endereço eletrônico: ccomp.daq@saude.df.gov.br.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

- 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 9.1.5. fraudar a licitação;
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#);
- 9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1. advertência;
- 9.2.2. multa;
- 9.2.3. impedimento de licitar e contratar, e
- 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle:
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da comunicação oficial.
- 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação;
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

- 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica: ccomp.dag@saude.df.gov.br.
- 10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DO PAGAMENTO

- 11.1. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

- I - Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias, Seguridade Social e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- II - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);
- III - Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;
- IV - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.
- V - Certidão de Regularidade quanto à Dívida Ativa da União (DAU);
- VI - Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (CND).
- VII - Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional que deverá ser efetuada mediante Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados (PORTARIA CONJUNTA RFB/PGFN Nº 1.751/2014)

- 11.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

- 11.3. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do IPCA.

- 11.4. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011.

- 11.5. Excluem-se das disposições do artigo 6º, Decreto 32.767 de 17/02/2011:

- I - Os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;
- II - Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos.

12. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

12.1. Início das atividades

- 12.1.1. Após a assinatura do contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a CONTRATANTE convocará o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do cronograma de execução, bem como plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

- 12.1.2. A Contratada cumprirá o prazo de **30 (trinta) dias** para o início da prestação dos serviços, a contar da assinatura do contrato, definido em cronograma a ser apresentado na reunião inicial pela Gerência de Serviços de Apoio Diagnóstico (GEDIAG);

- 12.1.3. Caso não seja possível o cumprimento do prazo descrito acima, para iniciar a prestação de serviços, a contratada deverá apresentar justificativa, por escrito ao Fiscal do Contrato, cabendo a este a concordância ou não. No caso de concordância, será estabelecido um novo prazo.

12.2. Local e Horário da prestação do serviço

- 12.2.1. O horário de atendimento para o recebimento das amostras é das 07h00 às 12h00 e das 13h00 às 18h00, de segunda a sexta-feira, exceto feriados. A Secretaria de Saúde do DF poderá estabelecer novos horários, com vistas ao atendimento de necessidades excepcionais, desde que previamente definidos e comunicados à Contratada, a fim de evitar a realização de horas extras.

- 12.2.2. Os serviços deverão ser entregues nas 16 unidades laboratoriais da rede SES/DF, nos locais citados na tabela abaixo:

NÚMERO	UNIDADE LABORATORIAL	ENDEREÇO	EXAMES A SEREM AVALIADOS
1	Laboratório Regional do Guará - LRGU	QE 23, Guará II, Brasília/DF, CEP: 71.025-000, Guará II - DF	Itens 1, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13 e 15
2	Laboratório Regional de Ceilândia - LRC	EQNP 11/7, Setor P Norte, CEP: 70.719-040, Ceilândia - DF	Itens 1, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 15
3	Unidade Mista de São Sebastião - UMSS	Avenida Comercial, n.º 10, CEP: 71.691-006, São Sebastião - DF	Itens 1, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 13 e 15

4	Unidade Mista de Taguatinga - UMST	C 12 Área Especial nº 01, CEP: 70.297-400, Taguatinga Centro - DF	Itens 1, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15 e 16
5	Hospital Regional Asa Norte – HRAN	Setor Médico Hospitalar Norte, Quadra 101- Área Especial, CEP: 70.710-905, Asa Norte - DF	Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 15, e 19
6	Hospital Regional de Brazlândia – HRBz	Área Especial nº 1 - Setor Tradicional, CEP: 72.720-901, Brazlândia - DF	Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 15 e 19
7	Hospital Regional de Ceilândia - HRC	QNM 27 Área Especial 1 QNM 28, CEP: 72.215-270, Ceilândia – DF	Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 15 e 19
8	Hospital Regional do Guarã – HRGU	Área Especial – QI 06 Lote “C”, CEP: 71.010- 006, Guarã I - DF I	Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 15 e 19
9	Hospital da Região Leste (Paranoá) - HRL	Quadra 2, Conjunto K, Lote 1, Área Especial Hospitalar, CEP: 71.570-050, Paranoá – DF	Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 15 e 19
10	Hospital Regional do Gama - HRG	Área Especial 1, Setor Central, CEP: 72.405-901, Gama – DF	Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 15 e 19
11	Hospital Regional de Planaltina - HRPL	Av. WL4 Área Especial, Setor Hospitalar Planaltina, CEP: 73.310- 000, Planaltina – DF	Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 15 e 19
12	Hospital Regional de Sobradinho - HRS	Q 12 Conjunto B Lote 38, CEP: 73.010-120, Sobradinho – DF	Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 15 e 19
13	Hospital Regional de Samambaia - HRSAM	QS 614 Conjunto C Lotes 1/2, CEP: 72.322-583, Samambaia – DF	Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 15 e 19
14	Hospital Regional de Taguatinga - HRT	Setor C Norte, Área Especial 24, CEP: 72.115-902, Taguatinga Norte – DF	Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 14, 15, 17, 18 e 19
15	Hospital de Apoio de Brasília - HAB	Q AENW 03 lote A, CEP: 70.684-831, Setor Noroeste - DF	Itens 1, 3, 4, 5, 6, 8, 9 e 15
16	Hospital Materno Infantil de Brasília - HMIB	SGAS Av. L2 Sul Quadra 608 Módulo A, CEP: 70203 -900, Asa Sul - DF	Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 15 e 19

12.2.3. O serviço prestado deve atender as necessidades de todos eles, com a disposição dos testes definidos, por meio da tabela abaixo:

TABELA 1 - DETALHAMENTO DOS EXAMES A SEREM AVALIADOS

ITEM	GRUPO	DESCRIÇÃO DOS EXAMES
1	Bioquímica	Ácido úrico, albumina, amilase, bilirrubina direta, bilirrubina total, cálcio total, cloreto, colesterol HDL, colesterol LDL, colesterol Total, creatinofosfoquinase (CPK), creatinina, desidrogenase láctica (DHL), ferro sérico, fosfatase alcalina, fósforo, gama glutamil transferase, glicose, hemoglobina glicada, lactato (ácido láctico), lipase, magnésio, potássio, proteínas totais, sódio, transaminase oxalacética (TGO), transaminase pirúvica (TGP), triglicerídeos, capacidade total de fixação do ferro, ureia e proteína C reativa.
2	Marcadores Cardíacos e Procalcitonina	Troponina I ou T, CKMB massa, NT-pro BNP e procalcitonina.
3	Líquidos corporais	Albumina, amilase, bilirrubina total, colesterol total, creatinina, glicose desidrogenase láctica, proteínas totais, triglicerídeos, ureia, contagem global e diferencial de células.
4	Líquor	Cloreto, glicose, proteína, lactato, contagem global e diferencial de células no líquido.
5	Bioquímica Urinária (Quantitativo)	Proteína, sódio, potássio, cloreto, fósforo, glicose, ureia, amilase, creatinina, cálcio total, magnésio, ácido úrico e albumina (microalbuminúria).
6	Hematologia	Hemograma completo, contagem global e diferencial de leucócitos, contagem de reticulócitos (automatizada), fibrinogênio, teste de protrombina (TP), teste de tromboplastina ativada (TTPA), D-DÍMERO e velocidade de hemossedimentação (VHS).
7	Imunologia	Citomegalovírus IgG e IgM e toxoplasmose IgG e IgM.
8	Testes rápidos	Dengue NS1, teste rápido para Treponema Pallidum, teste rápido para HIV, teste rápido para HCV, teste rápido para HBSAg, teste rápido para pesquisa de antígeno do vírus SARS-CoV 2 e teste rápido para gravidez.
9	VDRL flocculação	VDRL flocculação.
10	Hormônios	Hormônio luteinizante, hormônio tireoestimulante, insulina, paratormônio, progesterona, prolactina, antígeno prostático específico total, antígeno prostático específico livre, sulfato de hidrocortisona

		(SDHEA), testosterona total, tiroxina livre, alfafetoproteína, anticorpos antiperoxidase, antígeno carcinoembrionário, antitireoglobulina, CA 125, CA 15.3, CA 19.9, cortisol plasmático, estradiol, ferritina, hormônio folículo estimulante, vitamina D 25-OH, vitamina B12, ácido fólico (folato) e homocisteína.
11	Proteínas Especiais	Complemento C3, complemento C4, IgA total, IgM total, IgG total, fator reumatóide, alfa-1 glicoproteína ácida e antiestreptolisina O.
12	Microbiologia	Identificação bacteriana, teste de sensibilidade a antimicrobianos, baciloscopia (BAAR), bacterioscopia (GRAM) e pesquisa direta de fungos em líquido
13	Parasitologia	Exame parasitológico de fezes e pesquisa de sangue oculto.
14	Autoimunidade	FAN HEP-2, anti-DNA por imunofluorescência, anti-SSA (RO), anti-SSB (LA), anti-RNP, anti-JO1, anti-SCL70 e anti-SM.
15	Elementos Anormais e Sedimentoscopia (EAS)	Exames físicos, químicos e sedimentoscopia automatizada da urina.
16	Tireoglobulina	Tireoglobulina
17	Eletroforeses	Eletroforese de hemoglobina e eletroforese de proteínas.
18	Trombose e trombofilia	Anticoagulante lúpico, Antitrombina III, Proteína C, Proteína S e Resistência a proteína C ativada.
19	beta HCG (quantitativo)	Dosagem de beta-HCG quantitativo

12.3. Fornecimento das Amostras

12.3.1. A empresa contratada enviará periodicamente as amostras de controle, conforme programas já estabelecidos pela contratada, obedecendo as seguintes condições:

12.3.1.1. Encaminhar, anualmente, ou conforme o planejamento da contratada, o cronograma das rodadas de análise para que as unidades possam realizar um planejamento prévio;

12.3.1.2. As amostras para o controle externo de qualidade (soro, urina liofilizada e/ou líquida, lâminas bacteriológicas, lâminas hematológicas, fezes humanas, soluções, plasma humano, sangue total e outros materiais biológicos), de acordo com o programa da empresa, atendendo a TABELA 1, para cada uma das 16 unidades laboratorial existentes);

12.3.1.3. O transporte das amostras até cada unidade laboratorial, é de inteira responsabilidade da Contratada, devendo a mesma garantir a viabilidade das amostras. Em caso de amostra considerada inviável, sem as devidas condições de acondicionamento, a contratada deverá realizar a troca das mesmas ou refazer o ensaio, no prazo de 7 dias para que não haja prejuízo para o laboratório, sem ônus para a SES/DF.

12.4. Realização dos Testes e Envio dos Resultados

12.4.1. O laboratório clínico realizará os testes de proficiência nas amostras enviadas e registrará os resultados, conforme programas já estabelecidos pela contratada;

12.4.2. O laboratório enviará os resultados dos testes à empresa contratada dentro do prazo estabelecido pela contratada, devendo contemplar as seguintes situações:

12.4.2.1. Disponibilizar as estatísticas entre os participantes do controle de qualidade e emissão de relatórios de avaliação com ferramenta de acompanhamento do desempenho analítico para múltiplas unidades laboratoriais, no prazo de até 45 dias corridos, a partir do dia seguinte da coleta das amostras;

12.4.2.2. Oferecer um serviço online para a melhor gerência dos dados, com consultas a documentos e relatórios a qualquer hora e lugar, devendo também ser fornecidos materiais educativos, ou seja ferramentas de educação continuada para os profissionais da área (questionários técnicos, clínicos, vídeos, slides, fotografias ou outros materiais que possam contribuir para a atualização ou capacitação do servidor), além de formulários e instruções que auxiliem o laboratório a implantar e monitorar o ensaio de proficiência;

12.4.2.3. A empresa contratada deverá disponibilizar acessos individualizados para todas as dezesseis unidades laboratoriais, de maneira que as unidades possam lançar seus resultados e serem avaliadas individualmente, frente aos demais pares dos ensaios

12.5. Análise e Avaliação

12.5.1. A empresa contratada analisará os resultados, comparando-os com padrões estabelecidos e dados estatísticos de outros laboratórios participantes;

12.5.2. Serão emitidos relatórios detalhados contendo análise dos resultados, identificação de possíveis desvios e recomendações de melhoria (a empresa contratada deverá realizar treinamento de todo o processo envolvido, para todas as unidades laboratoriais, no Ensaio de Proficiência no momento da implantação do serviço e quando solicitado pela SES-DF);

12.5.3. O laboratório utilizará os relatórios para implementar ações corretivas e melhorar a qualidade dos serviços prestados;

12.5.4. A empresa contratada prestará suporte técnico ao laboratório para esclarecimento de dúvidas e interpretação dos resultados.

12.6. DO RECEBIMENTO

12.6.1. Por se tratar de um serviço de prestação continuada e descentralizada, o recebimento do objeto contratual ocorrerá tão somente de forma processual.

12.6.2. O recebimento provisório precederá o definitivo, que será realizado após a devida verificação da conformidade do objeto contratado mensalmente, sendo formalizados pelo atesto do fiscal do contrato na Nota Fiscal correspondente ao período. Este atesto está condicionado à verificação do cumprimento de todas as fases do serviço prestado no período de medição.

12.6.3. Os serviços executados em desconformidade com as especificações serão rejeitados, e a Contratada deverá corrigi-los às suas expensas no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

12.6.4. O atesto da Nota Fiscal e o consequente recebimento definitivo não excluem a responsabilidade civil e ético-profissional da Contratada pela perfeita execução do contrato e pela exatidão dos relatórios e análises fornecidas.

12.7. **Liquidação**

12.7.1. A liquidação e o pagamento das despesas são precedidos dos procedimentos de recebimento provisório e definitivo, conforme detalhado no item 7.1.

12.7.2. Para fins de liquidação e pagamento, considerar-se-á o atesto no Termo de Recebimento Definitivo como parâmetro para o estabelecimento da ordem cronológica de pagamento.

12.8. **Prazo de pagamento**

12.8.1. O pagamento à contratada deverá ser realizado em prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada e do aceite da Administração, de acordo com as normas orçamentárias e financeiras do Distrito Federal, conforme disposto no Decreto nº 32.598/2010;

12.8.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária.

12.9. **Forma de pagamento**

12.9.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

12.9.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

12.9.3. No momento do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

12.9.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, no momento da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

12.9.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13. **DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

13.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento substitutivo equivalente na forma do inciso II do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

13.2. **Vigência Contratual:** a vigência da contratação é de **24 (vinte e quatro) meses**, contados a partir da assinatura do contrato, **PRORROGÁVEL** por até 120 (cento e vinte) meses, na forma dos artigos 105 a 107 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme conveniência e oportunidade;

13.3. O adjudicatário terá o prazo de 8 (oito) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.4. O silêncio implica no decaimento do direito à contratação.

13.5. A convocação se dará, preferencialmente, por e-mail.

13.6. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, com cópia ou envio concomitante ao e-mail constante na proposta, caso discrepante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13.7. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

13.7.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, inclusive quanto aos casos omissos;

13.7.2. O fornecimento da aquisição será imediato, se completado integralmente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a partir da aceitação da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente;

13.7.3. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no presente Edital e seus anexos;

13.7.4. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 104 da mesma Lei;

13.7.5. A contratada manterá, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação;

13.7.6. O reajustamento será promovido automaticamente, caso tenha decorrido prazo superior de um ano contado da data do orçamento estimado, em 13/01/2026, pela utilização do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

13.7.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

13.7.8. A atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento corresponderá aos índices oficiais vigentes e somente terá cabimento após o regular processamento da liquidação da despesa.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.4. A comunicação entre SES-DF e as proponentes se dará através dos e-mails informados nas propostas;
- 14.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.10. A Secretaria de Estado de Saúde do Distrito federal poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 14.11. A anulação do pregão induz à do contrato.
- 14.12. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 14.13. É terminantemente proibida a utilização de mão-de-obra infantil na execução dos serviços, sendo que o descumprimento deste dispositivo implicará na rescisão imediata do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme estabelecido na Lei Distrital n.º 5.061 de 2013.
- 14.14. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365 de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.448 de 2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.
- 14.15. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados na Lei Distrital 5.757/2016, que criou o Programa de Estratégias para inserção de dependentes químicos no mercado de trabalho.
- 14.16. Deverão ser observadas as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual, nos termos estipulados no Decreto nº 44.701, de 05 de julho de 2023.
- 14.17. A contratada deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato.
- 14.17.1. A contratada deverá ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados.
- 14.18. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.
- 14.19. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.20. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- 14.21. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- ANEXO I** - Termo de Referência
- Apêndice do Anexo I** – Estudo Técnico Preliminar
- ANEXO II** – Planilha de mercado
- ANEXO III** - Declaração para os fins do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019
- ANEXO IV** - Modelo de Propostas
- ANEXO V** - Minuta de Termo de Contrato

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Processo para potencial contratação de empresa especializada para a prestação de **SERVIÇOS DE ENSAIO DE PROFICIÊNCIA** (Controle Externo da Qualidade) para Laboratório Clínico, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento;

ITEM	CÓDIGO BR	CÓDIGO E-COMPRAS (ID)	AMPLA CONCORRÊNCIA - DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE
------	-----------	--------------------------	--------------------------------	----	------------

					(número de laboratório atendidos)
1	19127	28163	Serviço de ensaio de Proficiência (Controle Externo da Qualidade) para laboratório clínico, por empresa especializada	Unidade	16

1.2. Havendo divergência entre a especificação constante no Termo de Referência e a especificação contida no Sistema Comprasnet (código BR), prevalecerá a especificação do Termo de Referência. As unidades de fornecimento a serem fornecidas são as especificadas no detalhamento;

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de luxo, em atenção à vedação constante no art. 20 da Lei nº 14.133/2021 e art. 73 e inc. 1 do art. 74 do Decreto Distrital nº 44.330/2023;

1.4. Os serviços objeto desta contratação, para os fins do art. 74 do Decreto Distrital nº 44.330/2023 e Art. 6º da 14.133/2021 podem ser classificados como comuns uma vez que padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

1.5. A presente contratação possui **caráter continuado**, por abranger um programa de controle de qualidade laboratorial, instituído por leis e que visa a prevenção e promoção da saúde;

1.6. A presente contratação se formalizará a partir de termo contratual (art. 95 da Lei nº 14.133/2021);

1.7. **Vigência Contratual:** a vigência da contratação é de **24 (vinte e quatro) meses**, contados a partir da assinatura do contrato, **PRORROGÁVEL** por até 120 (cento e vinte) meses, na forma dos artigos 105 a 107 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme conveniência e oportunidade;

1.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação às obrigações da contratada e contratante.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O controle externo da Qualidade (CEQ) consiste na determinação da exatidão e do desempenho do processo analítico dos Exames de Análises Clínicas (EAC), realizada por meio de comparações interlaboratoriais conduzidas por Provedor de Ensaio de Proficiência, também conhecido como Programas de Ensaios de Proficiência. Os resultados das análises são submetidas a uma empresa externa que faz a comparação com diversos laboratórios do país.

2.2. O CEQ é imprescindível em todos os laboratórios na avaliação do desempenho de sistemas analíticos por meio de ensaios de proficiência, análise de padrões certificados e comparações interlaboratoriais. Com base nos resultados obtidos pelo laboratório participante para estes ensaios e em critérios de aceitabilidade validados internacionalmente os provedores realizam a avaliação externa da qualidade dos exames realizados rotineiramente por este laboratório.

2.3. Um dos focos principais dos laboratórios clínicos é a melhoria contínua dos processos envolvidos em um exame até a liberação do resultado. Para isso, os ensaios de proficiência são indispensáveis. Quando um laboratório atinge um resultado inaceitável pelo provedor é um possível indicativo de falhas no processo, permitindo então que o laboratório identifique e trate a causa raiz do problema.

2.4. Por se tratar de um processo dinâmico, esse monitoramento deve ser realizado de forma contínua e periódica, visando sempre a melhoria da qualidade para o paciente e trazendo confiabilidade para o médico na tomada de decisões.

2.5. Por fim, a participação em programas de CEQ é uma exigência federal, não optativa, disposta na Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) n.º 978, de 6 de junho de 2025.

2.6. Essa contratação permitirá a avaliação objetiva do desempenho das 16 Unidades Laboratoriais da Rede SES-DF, garantindo a qualidade e a segurança dos diagnósticos, prevenindo erros e promovendo a melhoria contínua dos serviços prestados.

2.7. Principais normativos vinculados

2.7.1. Instrução Normativa n.º 05, de 25 de maio de 2017 que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

2.7.2. Decreto Distrital n.º 38.934 de 15 de março de 2018, que dispõe sobre a aplicação, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal, da Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

2.7.3. Portaria nº 204/MS, de 17 de fevereiro de 2016, que define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências;

2.7.4. RDC Nº 11/ANVISA, de 16 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre o funcionamento de laboratórios analíticos que realizam análises em produtos sujeitos à Vigilância Sanitária e dá outras providências;

2.7.5. RDC n.º 978/ANVISA, de 6 de junho de 2025, que dispõe sobre o funcionamento de Serviços que executam as atividades relacionadas aos Exames de Análises Clínicas (EAC);

2.7.6. ABNT NBR ISO/IEC 17043 – Avaliação da conformidade – Requisitos gerais para ensaios de proficiência;

2.7.7. ABNT NBR ISO 15189 – Laboratórios clínicos – Requisitos específicos para a qualidade e competência.

2.8. Alinhamento entre a contratação e o planejamento

2.8.1. O objeto da contratação está alinhado no Plano de Contratações Anual 2025/2026, conforme demonstrado abaixo:

Tipo Catálogo:	2 - SERVIÇO
Elemento Despesa:	3.3.90.39 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica
Grupo:	50 - Serviço Médico-Hospitalar, Odontológico e Laboratorial
Subgrupo:	00 - Classificação Padrão
Classe:	003 - Serviços de exames laboratoriais
Código PCA:	28163

- 2.8.2. Esta aquisição está alinhada com o PPA 2024-2027 com os seguintes Objetivos:
- 2.8.2.1. **Objetivo 255** - atenção especializada ambulatorial e hospitalar à saúde: reestruturar e fortalecer a atenção especializada ambulatorial e hospitalar assegurando o acesso e contribuindo com o cuidado integral e contínuo.
- 2.8.3. Esta aquisição está alinhada com o PDS 2024-2027 com as seguintes Diretrizes e Objetivos:
- 2.8.3.1. Diretriz Atenção Especializada nº 4: 4.1. Objetivo Estruturar e reorganizar a Atenção Especializada Ambulatorial e Hospitalar, com foco na qualificação da carteira de serviços.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. O objeto é a contratação de empresa especializada para a prestação de **SERVIÇOS DE ENSAIO DE PROFICIÊNCIA** (Controle Externo da Qualidade) para Laboratório Clínico. Os itens que compõem o Serviço de Ensaio de Proficiência estão detalhados no item 5 deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

4.1.1. As empresas participantes deverão observar as diretrizes de sustentabilidade ambiental previstas no Decreto 7.746, de 5 de junho de 2012, alterado pelo Decreto 9.178, de outubro de 2017.

4.2. Subcontratação

4.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista que a execução integral deve ser realizada por empresa única, devidamente habilitada e detentora das condições técnicas mínimas já demonstradas.

4.3. Garantia da contratação

4.3.1. Para a presente contratação, será exigida a prestação de garantia no percentual de **3% (três por cento)** sobre o valor total do contrato, em conformidade com o disposto nos artigos 96 e 97 da Lei nº 14.133/2021;

4.3.2. A definição do referido percentual fundamenta-se na metodologia estabelecida no Memorando Circular 32 (179706842), que avalia os riscos associados à execução contratual. Para o objeto desta aquisição, a análise de risco resultou em uma pontuação total de **8 (oito)**, classificando o risco como **"Médio"** e, consequentemente, indicando a aplicação de uma garantia de **3%**;

4.3.3. A justificativa para a exigência de garantia baseia-se na importância do objeto para a assistência, incidência de escassez no mercado, histórico de execução contratual e natureza do contrato (estimativo ou não estimativo). A garantia visa resguardar a Administração Pública contra eventuais prejuízos decorrentes da inexecução contratual.

4.4. Da Vistoria

4.4.1. Para a presente contratação, não se exigirá a realização de vistoria técnica prévia nas instalações das unidades laboratoriais da SES/DF, sendo facultado à licitante, caso julgue necessário, conhecer as instalações;

4.4.2. A não obrigatoriedade da vistoria justifica-se pela natureza do serviço a ser contratado. O objeto — Ensaio de Proficiência (Controle Externo da Qualidade) — é executado de forma predominantemente remota, envolvendo o envio de amostras para as unidades, o processamento dos resultados em plataforma online e a prestação de suporte técnico à distância. As especificações, os endereços das 16 unidades laboratoriais e os tipos de exames a serem avaliados em cada local já estão detalhadamente descritos neste Termo de Referência, sendo tais informações suficientes para o pleno dimensionamento e elaboração das propostas por parte das licitantes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Início das atividades

5.1.1. Após a assinatura do contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a CONTRATANTE convocará o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do cronograma de execução, bem como plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

5.1.2. A Contratada cumprirá o prazo de **30 (trinta) dias** para o início da prestação dos serviços, a contar da assinatura do contrato, definido em cronograma a ser apresentado na reunião inicial pela Gerência de Serviços de Apoio Diagnóstico (GEDIAG);

5.1.3. Caso não seja possível o cumprimento do prazo descrito acima, para iniciar a prestação de serviços, a contratada deverá apresentar justificativa, por escrito ao Fiscal do Contrato, cabendo a este a concordância ou não. No caso de concordância, será estabelecido um novo prazo.

5.2. Local e Horário da prestação do serviço

5.2.1. O horário de atendimento para o recebimento das amostras é das 07h00 às 12h00 e das 13h00 às 18h00, de segunda a sexta-feira, exceto feriados. A Secretaria de Saúde do DF poderá estabelecer novos horários, com vistas ao atendimento de necessidades excepcionais, desde que previamente definidos e comunicados à Contratada, a fim de evitar a realização de horas extras.

5.2.2. Os serviços deverão ser entregues nas 16 unidades laboratoriais da rede SES/DF, nos locais citados na tabela abaixo:

NÚMERO	UNIDADE LABORATORIAL	ENDEREÇO	EXAMES A SEREM AVALIADOS
1	Laboratório Regional do Guará - LRGU	QE 23, Guará II, Brasília/DF, CEP: 71.025-000, Guará II - DF	Itens 1, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13 e 15

2	Laboratório Regional de Ceilândia - LRC	EQNP 11/7, Setor P Norte, CEP: 70.719-040, Ceilândia - DF	Itens 1, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 15
3	Unidade Mista de São Sebastião - UMSS	Avenida Comercial, n.º 10, CEP: 71.691-006, São Sebastião - DF	Itens 1, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 13 e 15
4	Unidade Mista de Taguatinga - UMST	C 12 Área Especial nº 01, CEP: 70.297-400, Taguatinga Centro - DF	Itens 1, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15 e 16
5	Hospital Regional Asa Norte – HRAN	Setor Médico Hospitalar Norte, Quadra 101- Área Especial, CEP: 70.710-905, Asa Norte - DF	Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 15, e 19
6	Hospital Regional de Brazlândia – HRBz	Área Especial nº 1 - Setor Tradicional, CEP: 72.720-901, Brazlândia - DF	Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 15 e 19
7	Hospital Regional de Ceilândia - HRC	QNM 27 Área Especial 1 QNM 28, CEP: 72.215-270, Ceilândia – DF	Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 15 e 19
8	Hospital Regional do Guará – HRGU	Área Especial – QI 06 Lote “C”, CEP: 71.010- 006, Guará I - DF I	Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 15 e 19
9	Hospital da Região Leste (Paranoá) - HRL	Quadra 2, Conjunto K, Lote 1, Área Especial Hospitalar, CEP: 71.570-050, Paranoá – DF	Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 15 e 19
10	Hospital Regional do Gama - HRG	Área Especial 1, Setor Central, CEP: 72.405-901, Gama – DF	Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 15 e 19
11	Hospital Regional de Planaltina - HRPL	Av. WL4 Área Especial, Setor Hospitalar Planaltina, CEP: 73.310- 000, Planaltina – DF	Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 15 e 19
12	Hospital Regional de Sobradinho - HRS	Q 12 Conjunto B Lote 38, CEP: 73.010-120, Sobradinho – DF	Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 15 e 19
13	Hospital Regional de Samambaia - HRSAM	QS 614 Conjunto C Lotes 1/2, CEP: 72.322-583, Samambaia – DF	Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 15 e 19
14	Hospital Regional de Taguatinga - HRT	Setor C Norte, Área Especial 24, CEP: 72.115-902, Taguatinga Norte – DF	Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 14, 15, 17, 18 e 19
15	Hospital de Apoio de Brasília - HAB	Q AENW 03 lote A, CEP: 70.684-831, Setor Noroeste - DF	Itens 1, 3, 4, 5, 6, 8, 9 e 15
16	Hospital Materno Infantil de Brasília - HMIB	SGAS Av. L2 Sul Quadra 608 Módulo A, CEP: 70203 -900, Asa Sul - DF	Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 15 e 19

5.2.3. O serviço prestado deve atender as necessidades de todos eles, com a disposição dos testes definidos, por meio da tabela abaixo:

TABELA 1 - DETALHAMENTO DOS EXAMES A SEREM AVALIADOS

ITEM	GRUPO	DESCRIÇÃO DOS EXAMES
1	Bioquímica	Ácido úrico, albumina, amilase, bilirrubina direta, bilirrubina total, cálcio total, cloreto, colesterol HDL, colesterol LDL, colesterol Total, creatinofosfoquinase (CPK), creatinina, desidrogenase láctica (DHL), ferro sérico, fosfatase alcalina, fósforo, gama glutamil transferase, glicose, hemoglobina glicada, lactato (ácido láctico), lipase, magnésio, potássio, proteínas totais, sódio, transaminase oxalacética (TGO), transaminase pirúvica (TGP), triglicerídeos, capacidade total de fixação do ferro, ureia e proteína C reativa.
2	Marcadores Cardíacos e Procalcitonina	Troponina I ou T, CKMB massa, NT-pro BNP e procalcitonina.
3	Líquidos corporais	Albumina, amilase, bilirrubina total, colesterol total, creatinina, glicose desidrogenase láctica, proteínas totais, triglicerídeos, ureia, contagem global e diferencial de células.
4	Líquor	Cloreto, glicose, proteína, lactato, contagem global e diferencial de células no líquido.
5	Bioquímica Urinária (Quantitativo)	Proteína, sódio, potássio, cloreto, fósforo, glicose, ureia, amilase, creatinina, cálcio total, magnésio, ácido úrico e albumina (microalbuminúria).
6	Hematologia	Hemograma completo, contagem global e diferencial de leucócitos, contagem de reticulócitos (automatizada), fibrinogênio, teste de protrombina (TP), teste de tromboplastina ativada (TTPA), D-DÍMERO e velocidade de hemossedimentação (VHS).
7	Imunologia	Citomegalovírus IgG e IgM e toxoplasmose IgG e IgM.
8	Testes rápidos	Dengue NS1, teste rápido para Treponema Pallidum, teste rápido para HIV, teste rápido para HCV, teste rápido para HBSAg, teste rápido para pesquisa de antígeno do vírus SARS-CoV 2 e teste rápido para

		gravidez.
9	VDRL floclulação	VDRL floclulação.
10	Hormônios	Hormônio luteinizante, hormônio tireoestimulante, insulina, paratormônio, progesterona, prolactina, antígeno prostático específico total, antígeno prostático específico livre, sulfato de hidrocortisona (SDHEA), testosterona total, tiroxina livre, alfafetoproteína, anticorpos antiperoxidase, antígeno carcinoembrionário, antitireoglobulina, CA 125, CA 15.3, CA 19.9, cortisol plasmático, estradiol, ferritina, hormônio foliculo estimulante, vitamina D 25-OH, vitamina B12, ácido fólico (folato) e homocisteína.
11	Proteínas Especiais	Complemento C3, complemento C4, IgA total, IgM total, IgG total, fator reumatóide, alfa-1 glicoproteína ácida e antistreptolisina O.
12	Microbiologia	Identificação bacteriana, teste de sensibilidade a antimicrobianos, baciloscopia (BAAR), bacterioscopia (GRAM) e pesquisa direta de fungos em líquido
13	Parasitologia	Exame parasitológico de fezes e pesquisa de sangue oculto.
14	Autoimunidade	FAN HEP-2, anti-DNA por imunofluorescência, anti-SSA (RO), anti-SSB (LA), anti-RNP, anti-JO1, anti-SCL70 e anti-SM.
15	Elementos Anormais e Sedimentoscopia (EAS)	Exames físicos, químicos e sedimentoscopia automatizada da urina.
16	Tireoglobulina	Tireoglobulina
17	Eletroforeses	Eletroforese de hemoglobina e eletroforese de proteínas.
18	Trombose e trombofilia	Anticoagulante lúpico, Antitrombina III, Proteína C, Proteína S e Resistência a proteína C ativada.
19	beta HCG (quantitativo)	Dosagem de beta-HCG quantitativo

5.3. Fornecimento das Amostras

5.3.1. A empresa contratada enviará periodicamente as amostras de controle, conforme programas já estabelecidos pela contratada, obedecendo as seguintes condições:

5.3.1.1. Encaminhar, anualmente, ou conforme o planejamento da contratada, o cronograma das rodadas de análise para que as unidades possam realizar um planejamento prévio;

5.3.1.2. As amostras para o controle externo de qualidade (soro, urina liofilizada e/ou líquida, lâminas bacteriológicas, lâminas hematológicas, fezes humanas, soluções, plasma humano, sangue total e outros materiais biológicos), de acordo com o programa da empresa, atendendo a TABELA 1, para cada uma das 16 unidades laboratorial existentes);

5.3.1.3. O transporte das amostras até cada unidade laboratorial, é de inteira responsabilidade da Contratada, devendo a mesma garantir a viabilidade das amostras. Em caso de amostra considerada inviável, sem as devidas condições de acondicionamento, a contratada deverá realizar a troca das mesmas ou refazer o ensaio, no prazo de 7 dias para que não haja prejuízo para o laboratório, sem ônus para a SES/DF.

5.4. Realização dos Testes e Envio dos Resultados

5.4.1. O laboratório clínico realizará os testes de proficiência nas amostras enviadas e registrará os resultados, conforme programas já estabelecidos pela contratada;

5.4.2. O laboratório enviará os resultados dos testes à empresa contratada dentro do prazo estabelecido pela contratada, devendo contemplar as seguintes situações:

5.4.2.1. Disponibilizar as estatísticas entre os participantes do controle de qualidade e emissão de relatórios de avaliação com ferramenta de acompanhamento do desempenho analítico para múltiplas unidades laboratoriais, no prazo de até 45 dias corridos, a partir do dia seguinte da coleta das amostras;

5.4.2.2. Oferecer um serviço online para a melhor gerência dos dados, com consultas a documentos e relatórios a qualquer hora e lugar, devendo também ser fornecidos materiais educativos, ou seja ferramentas de educação continuada para os profissionais da área (questionários técnicos, clínicos, vídeos, slides, fotografias ou outros materiais que possam contribuir para a atualização ou capacitação do servidor), além de formulários e instruções que auxiliem o laboratório a implantar e monitorar o ensaio de proficiência;

5.4.2.3. A empresa contratada deverá disponibilizar acessos individualizados para todas as dezesseis unidades laboratoriais, de maneira que as unidades possam lançar seus resultados e serem avaliadas individualmente, frente aos demais pares dos ensaios

5.5. Análise e Avaliação

5.5.1. A empresa contratada analisará os resultados, comparando-os com padrões estabelecidos e dados estatísticos de outros laboratórios participantes;

5.5.2. Serão emitidos relatórios detalhados contendo análise dos resultados, identificação de possíveis desvios e recomendações de melhoria (a empresa contratada deverá realizar treinamento de todo o processo envolvido, para todas as unidades laboratoriais, no Ensaio de Proficiência no momento da implantação do serviço e quando solicitado pela SES-DF);

5.5.3. O laboratório utilizará os relatórios para implementar ações corretivas e melhorar a qualidade dos serviços prestados;

5.5.4. A empresa contratada prestará suporte técnico ao laboratório para esclarecimento de dúvidas e interpretação dos resultados.

5.6. Obrigações da Contratada

- 5.6.1. Manter, durante toda execução do fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.6.2. Proporcionar treinamentos iniciais de acordo com a demanda e cronograma estabelecido pelo executor do contrato e/ou GEDIAG, bem como palestras, cursos técnico-científicos pertinentes à área de uso do ensaio de proficiência, avanços tecnológicos e reciclagem educativa a serem ministrados por equipe científica da própria empresa vencedora ou por ela designada aos servidores da rede de laboratórios e sem ônus para a SES/DF. O treinamento inicial e retreinamentos previamente acordados serão às expensas da contratada e o material necessário para a realização dos treinamentos deverá ser fornecido pela contratada sem ônus para a SES/DF;
- 5.6.3. Disponibilizar os relatórios de cada rodada dos ensaios de proficiência em até 45 dias após o encerramento da rodada. Sendo esses, obrigatoriamente, claros e suficientes para tomada de decisões;
- 5.6.4. Atender os chamados de suporte no prazo máximo de 5 dias úteis após a solicitação;
- 5.6.5. Encaminhar as amostras para execução dos ensaios de proficiência em condições adequadas, obedecendo as legislações vigentes, tais como: temperatura, rotulagem e conformidade técnica;
- 5.6.6. Prestar assessoria científica por pessoal legalmente habilitado inscrito nos respectivos conselhos de classe (CRF, CRM, CRBio ou CRBM);
- 5.6.7. Ofertar insumos de boa qualidade que estejam em conformidade com os padrões exigidos pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- 5.6.8. Cumprir rigorosamente as normas da ABNT, as Normas de Medicina e Segurança do Trabalho e demais normas e regulamentos pertinentes aos serviços objeto deste termo de referência;
- 5.6.9. Os funcionários e técnicos prestadores de serviços da empresa contratada deverão usar identificação, devidamente reconhecida pela SES/DF, havendo necessidade de visitas presenciais;
- 5.6.10. Responsabilizar-se pelos impostos incidentes sobre o objeto do Contrato, bem como as despesas de viagem, estadia e alimentação dos seus agentes de serviço por ocasião das visitas de apoio técnico;
- 5.6.11. Cumprir os prazos estabelecidos. O descumprimento dos prazos sem justificativa aceita pela SES/DF, bem como a não apresentação de comprovação de procedência do material utilizado, quando solicitado, acarretará em aplicação de penalidades, com base na legislação vigente;
- 5.6.12. Disponibilizar equipe técnica e assessoria científica, para prestação de serviços de assessoria durante 05 (cinco) dias na semana, durante horário comercial, legalmente habilitados e com experiência comprovada, incluindo contato telefônico de fácil acesso ou acesso remoto com dados abertos (0800 ou similar), o que deverá ser anexado na proposta. A assessoria científica deve ser prestada por pessoal legalmente habilitado inscrito nos respectivos conselhos de classe (CRF, CRM, CRBio ou CRBM);
- 5.6.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades;
- 5.6.14. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;
- 5.6.15. A empresa contratada deve manter todos os serviços previstos, durante a vigência contratual, e após findado ou cancelado o contrato, até que todos os produtos adquiridos sejam utilizados pela SES-DF;
- 5.6.16. A Contratada deverá seguir todas as normas de segurança vigente na Instituição.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei 14.133/2021, art.115, *caput*);
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei 14.133/2021, art.115, §5º);
- 6.3. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;
- 6.4. A CONTRATANTE poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;
- 6.5. Após a assinatura do contrato, a CONTRATANTE convocará o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do cronograma de execução, bem como plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Preposto

- 6.6.1. A Contratada deverá designar formalmente o preposto da empresa antes do início da prestação dos serviços, especificando no documento os poderes e deveres relacionados à execução do objeto contratado.

6.7. Fiscalização

- 6.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei 14.133/2021, art.117, *caput*);
- 6.7.2. Os gestores e fiscais do contrato e seus substitutos serão designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, devendo ser indicados pela **Diretoria de Serviços de Urgências, Apoio Diagnóstico e Cirurgias - SES/SEAS/SAIS/CATES/DUAEC**, em conformidade com o art. 7º da Lei nº 14.133/2021 e art. 10 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, de forma que serão anexados ao processo SEI vinculado a esta contratação as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.

6.8. Fiscalização Técnica

- 6.8.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
- 6.8.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- 6.8.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- 6.8.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- 6.8.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;
- 6.8.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual;
- 6.8.7. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- 6.8.7.1. A contratada deverá comunicar a execução do serviço através da emissão de Nota Fiscal.

6.9. Fiscalização Administrativa

- 6.9.1. O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, solicitará a emissão da nota fiscal, acompanhará o empenho e o pagamento;
- 6.9.2. O fiscal administrativo acompanhará as garantias, as glosas e a formalização de apostilamentos e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- 6.9.3. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.10. Gestor do Contrato

- 6.10.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- 6.10.2. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;
- 6.10.3. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato;
- 6.10.4. Incluir ao final da análise de prestação de contas o atesto para prosseguimento do pagamento da prestação de serviço, conforme **APÊNDICE II - Modelo Atesto**.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Recebimento do Objeto

- 7.1.1. Por se tratar de um serviço de prestação continuada e descentralizada, o recebimento do objeto contratual ocorrerá tão somente de forma processual.
- 7.1.2. O recebimento provisório precederá o definitivo, que será realizado após a devida verificação da conformidade do objeto contratado mensalmente, sendo formalizados pelo atesto do fiscal do contrato na Nota Fiscal correspondente ao período. Este atesto está condicionado à verificação do cumprimento de todas as fases do serviço prestado no período de medição.
- 7.1.3. Os serviços executados em desconformidade com as especificações serão rejeitados, e a Contratada deverá corrigi-los às suas expensas no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;
- 7.1.4. O atesto da Nota Fiscal e o consequente recebimento definitivo não excluem a responsabilidade civil e ético-profissional da Contratada pela perfeita execução do contrato e pela exatidão dos relatórios e análises fornecidas.

7.2. Liquidação

- 7.2.1. A liquidação e o pagamento das despesas são precedidos dos procedimentos de recebimento provisório e definitivo, conforme detalhado no item 7.1.
- 7.2.2. Para fins de liquidação e pagamento, considerar-se-á o atesto no Termo de Recebimento Definitivo como parâmetro para o estabelecimento da ordem cronológica de pagamento.

7.3. Prazo de pagamento

- 7.3.1. O pagamento à contratada deverá ser realizado em prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada e do aceite da Administração, de acordo com as normas orçamentárias e financeiras do Distrito Federal, conforme disposto no Decreto nº 32.598/2010;
- 7.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária.

7.4. Forma de pagamento

- 7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;
- 7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
- 7.4.3. No momento do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;
- 7.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, no momento da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;
- 7.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.5. Cessão de crédito

- 7.5.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico;
- 7.5.2. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante;
- 7.5.3. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo;
- 7.5.4. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#);
- 7.5.5. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos);
- 7.5.6. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO** do serviço por preço certo e total;
- 8.1.2. As propostas deverão ter validade não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação;
- 8.1.3. As proponentes deverão apresentar propostas em consonância com as especificações técnicas deste documento com respectivas marcas, modelos e preços dos produtos ofertados.

8.2. Exigências de habilitação

- 8.2.1. Serão desclassificadas as propostas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência;
- 8.2.2. A proposta da empresa deve estar em **papel timbrado**, datada, assinada, com a especificação em conformidade com o solicitado, contendo descrição clara e detalhada do registro do produto junto à ANVISA;
- 8.2.3. É indispensável o **parecer técnico** para os produtos deste Termo de Referência;
- 8.2.4. **As propostas serão avaliadas, no requisito técnico, por servidores habilitados da Rede SES-DF, a serem indicados pela SES/SEAS/SAIS/CATES/DUAEC;**
- 8.2.5. Em caso de produto importado, a empresa deverá traduzir e autenticar todos os documentos que apresentar à SES/DF, por ocasião de alguma resposta ou comprovação por tradutor público juramentado e consularizado;
- 8.2.6. A proposta deve conter correio eletrônico (e-mail) válido para eventuais comunicações, inclusive notificações financeiras;
- 8.2.7. A empresa deverá apresentar Declaração comprometendo-se a apresentar, no momento solicitado, a documentação relacionada no **APÊNDICE II** deste Termo de Referência.

8.3. Regime de execução

- 8.3.1. O Regime de Execução do Contrato está disposto no inc. XXIX, do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, qual seja: **EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL**, por se tratar de execução de serviço por preço certo e total.

8.4. Do tratamento diferenciado para ME-EPP

- 8.4.1. Nos termos do art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123, de 2006, atualizada pela Lei Complementar nº 147 de 2014 e Lei Distrital nº 4611, de 2011, não será dado tratamento diferenciado por não ser vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.
- 8.4.2. Na presente contratação, não há possibilidade de realizar o estabelecimento de cota reservada, conforme estabelecido no art. 28, inciso I, da Lei Distrital nº 4.611, de 2011, pois o objeto deste processo é incompatível com a concessão de cota para ME/EPP, pela própria lógica

das peculiaridades e características técnicas e operacionais do objeto, que não admite que tal serviço seja executado ao mesmo tempo por empresas distintas.

8.4.3. Diante do exposto, a decisão de não conceder cotas a ME e EPP no presente certame fundamenta-se na busca pela eficiência administrativa, ampla concorrência e melhor atendimento ao interesse público, garantindo que a licitação transcorra de forma equilibrada e vantajosa para a Administração.

8.5. **Habilitação Jurídica**

8.5.1. A empresa/fornecedor vencedora deverá apresentar a documentação abaixo, nos seguintes termos:

8.5.1.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5.1.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5.1.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5.1.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.5.1.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#);

8.5.1.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.5.1.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.6. **Consórcio e sociedade cooperativa**

8.6.1. A participação de consórcios não será admitida, pela natureza do serviço. Tal vedação justifica-se pelo fato de que o objeto desta contratação não se enquadra às hipóteses de alta complexidade do serviço ou valores extremamente altos que indicariam a necessidade de associação de empresas para essa pretensão;

8.6.2. É de se destacar, ademais, que qualquer empresa com as qualificações técnicas e econômico-financeiras exigidas é capaz de atender ao objeto do contrato, afastando os fundamentos autorizadores da utilização de consórcio;

8.6.3. A participação de sociedade cooperativa não será admitida, pela natureza do serviço, conforme disposto na Súmula nº. 281 do Tribunal de Contas da União:

"É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.

8.7. **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.7.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.7.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.7.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.7.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.7.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.7.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.7.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.7.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.8. **Qualificação Técnica**

8.8.1. A Contratada deverá comprovar a qualificação técnica, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

8.8.1.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, o qual comprove que a Contratada presta ou prestou os serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação;

8.8.1.2. Declaração expressa do Responsável Legal da empresa, passível de comprovação, que possui infraestrutura própria e pessoal técnico qualificado pertencente ao quadro da empresa e em quantidade suficiente para atender com presteza e qualidade dos serviços contratados;

8.8.1.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

8.8.1.4. **Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE)** emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) ou Autorização Especial (AE) quando se tratar de medicamentos ou substâncias, sujeitos a controle especial. Deverá ser apresentada a concessão (data de cadastro) da AFE ou AE, podendo ser cópia da publicação no Diário Oficial da União (DOU) - destacando a empresa - ou espelho de consulta da AFE ou AE disponível no site da ANVISA;

8.8.1.5. **Alvará Sanitário** (ou Licença Sanitária) Estadual/ Municipal/ Distrital (vigente), conforme disposto na Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, regulamentado no Decreto nº 74.170 de 10 de junho de 1974;

8.8.1.6. **Certificado de Boas Práticas de Fabricação/ANVISA:** será obrigatório para os produtos deste termo de referência que sejam classificados como grau de risco Classes III e IV, segundo a RDC nº 15/2014. Não serão aceitos protocolos para solicitação do CBPF. Serão aceitos protocolos de Revalidação de CBPF.

a) Tratando-se de produto importado, apresentar Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) vigente da unidade fabril por linha de produção emitido pela autoridade sanitária brasileira ou expedido pela autoridade sanitária do país de origem, em plena validade e devidamente traduzido para a língua portuguesa por tradutor juramentado e consularizado.

8.9. Qualificação Profissional

8.9.1. Declaração, da Proponente, que possui em seu quadro permanente profissional com graduação em Medicina, ou Biomedicina, ou Farmácia, ou Biologia, de preferência com habilitação ou especialização em Análises Clínicas, todos devidamente registrados no Conselho Regional de Medicina ou Conselho Regional de Farmácia ou Conselho Regional de Biomedicina ou Conselho Regional de Biologia.

8.10. Do Reajuste

8.10.1. O **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE)** será o índice de reajuste aplicável, ou qualquer outro índice oficial que venha a sucedê-lo.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. Instrumento de Medição de Resultados (IMR)

9.1.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), disposto neste item:

9.1.2. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR é o ajuste escrito, anexo ao contrato entre o provedor de serviços e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento;

9.1.3. O IMR deverá subsidiar a fiscalização técnica do contrato, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, bem como para a aplicação de sanções contratuais cabíveis;

9.1.4. Caberá à fiscalização técnica avaliar **mensalmente** a prestação do serviço, por meio dos indicadores abaixo:

INDICADOR	DESCRIÇÃO	META ESPERADA	FREQUÊNCIA DE VERIFICAÇÃO	FONTE DE VERIFICAÇÃO	MECANISMO DE CÁLCULO	PARÂMETRO PARA DESCONTO	INCIDÊNCIA
1) Pontualidade na Entrega dos Relatórios	Verifica se os relatórios de avaliação foram entregues no prazo estipulado em contrato.	100% dos relatórios entregues em até 45 dias após o encerramento da rodada.	Após cada rodada	Registro de data de envio dos relatórios pela contratada.	Pontualidade = $(n^{\circ} \text{ de relatórios no prazo} / n^{\circ} \text{ total de relatórios}) \times 100$	Desconto de 2% por dia útil de atraso, até máximo de 10% por relatório.	Nota fiscal referente ao mês posterior ao cometimento da infração.
2) Qualidade Técnica dos Relatórios Emitidos	Avalia a clareza, completude e utilidade das informações contidas nos relatórios fornecidos.	$\geq 90\%$ de avaliação satisfatória ou superior.	Após cada rodada.	Ficha de avaliação técnica preenchida pelo laboratório contratante.	Satisfação = $(n^{\circ} \text{ de avaliações satisfatórias} / n^{\circ} \text{ total de avaliações}) \times 100$	Desconto de 5% para avaliações abaixo de 90% de satisfação.	Nota fiscal referente ao mês posterior ao cometimento da infração.

3) Disponibilidade e Agilidade do Suporte Técnico	Avalia a capacidade da contratada em responder dúvidas técnicas ou operacionais dentro do prazo acordado	Atendimento prestado em até 5 dias úteis após a solicitação.	Conforme demanda.	Registros de comunicação (emails, chamados, protocolos).	Agilidade = (nº de respostas no prazo / nº total de solicitações) x 100	Desconto de 1% para cada episódio em que o tempo de resposta ultrapassar o prazo acordado, limitado a 10% mensal.	Nota fiscal referente ao mês posterior ao cometimento da infração.
4) Qualidade das Amostras Enviadas	Verifica as condições de conservação, rotulagem, transporte, integridade física e conformidade técnica das amostras enviadas para o laboratório	≥ 95% das amostras entregues em condições adequadas para análise	A cada envio de amostras.	Registro fotográfico, ficha de recebimento e relatório de não conformidade (quando aplicável) preenchido pelo laboratório executor.	Qualidade das amostras = (nº de amostras não conformes / nº total de amostras enviadas) x 100	Desconto de 5% para cada envio que contenha amostras em condições inadequadas, limitado a 10% mensal.	Nota fiscal referente ao mês posterior ao cometimento da infração

9.1.5. Para os indicadores avaliados como "Não Conforme", o fiscal técnico ou gestor do contrato deverá notificar formalmente a empresa, solicitando um plano de ação para correção da falha. A reincidência no descumprimento de um mesmo indicador poderá acarretar a aplicação de outras sanções contratuais, além dos descontos previstos;

9.1.6. A cada trimestre a fiscalização avaliará o indicador de forma cumulativa, conforme parâmetros para desconto.

9.1.7. Havendo a necessidade do desconto, o mesmo será aplicado na nota fiscal no último mês do trimestre avaliado

9.1.8. A avaliação consolidada dos indicadores será utilizada como critério objetivo para fundamentar as decisões sobre a prorrogação ou o eventual cancelamento do contrato;

9.1.9. Os Indicadores de desempenho dos Instrumentos de Medição de Resultado do objeto deste Estudo Técnico Preliminar poderão, a qualquer tempo e em comum acordo entre as partes, ser ajustados, ampliados e/ou reduzidos, desde que estas alterações sejam devidamente formalizadas mediante Termo Aditivo de contrato

9.1.10. O IMR não impede a aplicação de outros mecanismos de fiscalização para garantir a qualidade do serviço de controle laboratorial prestado, sendo a Equipe de Fiscalização da SES/DF responsável pelo monitoramento contínuo da execução contratual.

9.2. Critério de glosas

9.2.1. A Glosa é uma recusa de pagamento de um serviço ou procedimento prestado, e pode ser parcial ou total. Casos excepcionais poderão ser revistos, considerando que não é possível esgotar todas as situações possíveis. Os principais motivos de glosas estão listados abaixo:

9.2.1.1. Apresentação de cobrança por serviço não prestado;

9.2.1.2. Cobrança com valor indevido;

9.2.1.3. Cobrança inadequada.

9.2.2. A Contratada disponibilizará a documentação de comprovação dos serviços prestados juntamente com a Fatura para o processo de lisura. Não cumprida essa exigência, a Contratante devolverá o respectivo Processo para ser reapresentado no mês posterior;

9.2.3. A Contratante deverá verificar a lisura das contas prestadas pela Contratada. Havendo, na conta, algum item ou valor divergente, a Contratante deverá apresentar à Contratada, por escrito, o relatório de Glosa;

9.2.4. A Contratada em caso de discordância com os valores glosados pelo Contratante terá prazo de 10 (dez) dias para recorrer da glosa, em processo apartado, também por escrito, em formulário próprio contendo as informações mínimas para identificação do recurso, como número do contrato, documentos contra os quais estão sendo interpostos os recursos, indicação dos pacientes e procedimentos, respeitando a Lei Geral de Proteção de Dados, com a devida justificativa de revisão do valor ou valores glosados. A partir do recebimento do recurso, a contratante (SES-DF) tem o prazo de até 30 (trinta) dias para decidir, salvo prorrogação por igual período, expressamente motivada, nos moldes da Portaria nº 460/2024 art. 26.

9.2.5. O recurso de Glosa, supracitado, apresentado tempestivamente pela Contratada será deferido ou não pela Contratante com a devida justificativa;

9.2.6. Finalizado o processo de glosa, será emitida nova nota fiscal com os valores complementares, conforme os casos de deferimento.

9.3. Aferição da Execução Contratual para Fins de Pagamento

9.3.1. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar mensalmente à fiscalização do contrato a seguinte documentação comprobatória da efetiva prestação dos serviços:

9.3.1.1. **Nota Fiscal ou Fatura** correspondente aos serviços prestados no período de competência, com a descrição, quantidade de laboratórios atendidos e valores em conformidade com o estabelecido em contrato.

9.3.1.2. **Relatório Consolidado de Execução dos Serviços**, detalhando as rodadas de ensaio de proficiência realizadas no período para cada uma das 16 (dezesesseis) Unidades Laboratoriais, comprovando o envio das amostras-controle e a disponibilização dos respectivos

relatórios de avaliação.

9.3.1.3. **Relatório de Desempenho dos Indicadores de Resultado (IMR)**, contendo a apuração de todos os indicadores definidos neste Termo de Referência. Este documento servirá de base para a fiscalização validar a qualidade do serviço prestado e calcular eventuais descontos a serem aplicados na Nota Fiscal.

9.3.2. A ausência ou incorreção de qualquer um dos documentos listados poderá acarretar a suspensão do processo de pagamento até que a pendência seja sanada pela Contratada.

10. **ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. A estimativa anual do valor da contratação é de **R\$ 550.301,76 (quinhentos e cinquenta mil trezentos e um reais e setenta e seis centavos)**, conforme Estudo Técnico Preliminar e memória de cálculo abaixo:

ITEM	CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR DE REFERÊNCIA	TOTAL POR ITEM
1	-	19127	Serviço de ensaio de Proficiência (Controle Externo da Qualidade) para laboratório clínico, por empresa especializada	Unidade	16	R\$ 2.866,1550	R\$ 45.858,4800
Valor Total Geral Mensal				R\$ 45.858,48			
Valor Total Geral Anual				R\$ 550.301,76			

11. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da SES/DF.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

11.2.1. Fonte de Recursos: 100

11.2.2. Programa de Trabalho: 10.302.6202.4205.0001 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE-ATENÇÃO AMBULATORIAL ESPECIALIZADA E HOSPITALAR-SES-DISTRITO FEDERAL;

11.2.3. Elemento de Despesa: 3.3.90.39

11.3. A modalidade de empenho: **Estimativo**;

11.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. **APÊNDICES**

APÊNDICE I - Protocolo de Avaliação

APÊNDICE II - Declaração de Compromisso.

APÊNDICE III - Termo de Recebimento Provisório

APÊNDICE IV - Termo de Recebimento Definitivo

13. **DAS ASSINATURAS**

Identificação dos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência:

Responsável da área administrativa:

Gerência de Elaboração dos Instrumentos de Compras e Contratações Assistenciais - **SES/SEAS/SUCOAS/DIPAC/GEICC**

Diretoria de Planejamento e Acompanhamento de Compras e Contratações Assistenciais - **SES/SEAS/SUCOAS/DIPAC**

Subsecretaria de Serviços Complementares e Contratualização Assistenciais - **SES/SEAS/SUCOAS**

14. **OBSERVAÇÃO**

O Termo de Referência foi elaborado nos termos do Memorando Circular 17 (122173613), com adoção dos modelos elaborados pela União, de maio/2023, disponíveis no link <https://www.gov.br/compras/pt-br/nllc/modelos-de-licitacoes-e-contratos> (arquivo modelo_tr_servicos_sem_mo_lei-14-133_v-maio23). Acessado por esta Gerência de Elaboração dos Instrumentos de Compras e Contratações Assistenciais em: Outubro de 2025.

APÊNDICE I
PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO

ITEM 1 - SERVIÇO DE ENSAIO DE PROFICIÊNCIA (CONTROLE EXTERNO DA QUALIDADE) PARA LABORATÓRIO CLÍNICO
1. AVALIAÇÃO DO SERVIÇO:

Marca do Produto: Nº de amostras: Tipo: Lote:		
2. AVALIAÇÃO DO MATERIAL:		
CONDIÇÕES ADEQUADAS DE TRANSPORTE	SIM ()	NÃO ()
INTEGRIDADE FÍSICA E ROTULAGEM	SIM ()	NÃO ()
CONFORMIDADE TÉCNICA DAS AMOSTRAS	SIM ()	NÃO ()
3. PARECER FINAL:		
O material é recomendado para aquisição na SES?		
4. JUSTIFICATIVA/OBSERVAÇÃO:		

APÊNDICE II
DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

A _____ empresa _____, CNPJ nº _____, com sua sede ou filial no Distrito Federal endereço _____, neste ato representada por _____, DECLARA QUE no caso de consagrar-se vencedor(a) do certame se compromete a entregar, no momento da assinatura do contrato ou ata, ou da emissão da nota de empenho para fornecimento do produto ou serviço objeto do certame, a documentação de Habilitação Jurídica que consta o item 8 "FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO" deste Termo de Referência, sob pena de aplicação de penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e normas correlatas e vigentes.

APÊNDICE III
TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO
(Parecer técnico condicionado a montagem/instalação/teste in loco)

IDENTIFICAÇÃO
UNIDADE DE DESTINO:
PROCESSO AQUISIÇÃO: AFM/SRP: OBJETO: SERVIÇO DE ENSAIO DE PROFICIÊNCIA (CONTROLE EXTERNO DA QUALIDADE) N.º CONTRATO ou NOTA DE EMPENHO: CONTRATADA: CNPJ: TELEFONE (s):
<p>Por este instrumento, atestamos para fins de cumprimento do disposto no Art. 140, inciso II, alínea "a", da Lei Nº 14.133, de 1 de abril de 2021, que os bens e/ou serviços, relacionados no quadro abaixo, foram recebidos provisoriamente nesta data e serão objeto de avaliação quanto aos aspectos de qualidade e conformidade do material com as exigências definidas pelo Edital Nº XX/20XX da SES-DF, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos.</p> <p>Assim, DECLARO que recebi provisoriamente os produtos/insumos/bens relacionados abaixo, de modo a acompanhar a entrega objetivando o recebimento definitivo, atesto da NOTA FISCAL nº _____ e posterior assinatura</p>

ESPECIFICAÇÃO DOS BENS /SERVIÇOS				
ITEM	COD BR	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
Listar componentes/acessórios do equipamento (se houver):				

DE ACORDO UNIDADE DE DESTINO: _____ SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL _____
NOME: ASSINATURA: MATRÍCULA: UNIDADE: DATA: / /

APÊNDICE IV
TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

IDENTIFICAÇÃO				
PROCESSO AQUISIÇÃO: AFM/SRP: OBJETO: SERVIÇO DE ENSAIO DE PROFICIÊNCIA (CONTROLE EXTERNO DA QUALIDADE) N.º CONTRATO ou NOTA DE EMPENHO: CONTRATADA: CNPJ: TELEFONE (s):				
<p>Por este instrumento, as partes abaixo identificadas atestam para fins de cumprimento do disposto no Art. 140, inciso II, alínea “b”, da Lei Nº 14.133, de 1 de abril de 2021, que os bens e/ou serviços relacionados no quadro abaixo, possuem as quantidades, configuração, desempenho e a qualidade compatível com as condições e exigências técnicas constantes do Edital nºXXX/XXXX da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, conforme Nota Fiscal XXXXX (nº doc SEI) e quantidades constantes no Termo de Recebimento Provisório (informar o nº doc SEI do Termo de Receb. Provisório da unidade recebedora).</p>				
ESPECIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS				
ITEM	COD BR	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
				Informar quantidade recebida conforme o Termo de Recebimento Provisório da unidade

Observação/Justificativa para a falta de assinatura de executor designado: para o referido Contrato não houve a publicação com designação de executores. Assim, as Diretorias Administrativas e/ou Gerências de Apoio Operacional são

responsáveis pelo Recebimento e Atesto, o qual será consolidado e ratificado pela a Área Consolidadora da SAIS:

Brasília-DF, XX de XXXXXXXXXXXXXXX de 20XX.

Gestor do Contrato
Matrícula

ANEXO II
PLANILHA CONSOLIDADA DE PREÇOS

ITEM	CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR DE REFERÊNCIA	TOTAL MENSAL
1	-	19127	Serviço de ensaio de Proficiência (Controle Externo da Qualidade) para laboratório clínico, por empresa especializada	Unidade	16	R\$ 2.866,1550	R\$ 45.858,4800
Valor Total Geral Mensal				R\$ 45.858,4800			
Valor Total Geral Anual				R\$ 550.301,7600			

ANEXO III
DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019
M O D E L O

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada no endereço _____, telefone n.º _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133 de 2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860 de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Local, ____ de _____ de ____.

Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

ANEXO IV
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____ /20__
MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL
(em papel timbrado da empresa)

ITEM	CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	DESCRIÇÃO	UN	QTD	Valor de Referência	TOTAL POR ITEM
XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XX
TOTAL GERAL						XX	

OBS: Inclusão na Proposta das seguintes informações:

- Descrição detalhada do item, COM INDICAÇÃO de todas as características dos produtos cotados, com especificações claras e detalhadas, nome comercial.
- Inclusão de toda e qualquer observação necessária ao conhecimento da SES/DF que complementem as especificações mínimas requeridas referentes aos produtos cotados.
- Preço unitário e total da proposta em moeda corrente nacional, expressos em algarismos e por extenso.

- Declaração expressa de que nos preços propostos estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, inclusive tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação, inclusive para a entrega dos materiais no endereço indicado no Edital.
- Declaração expressa de estar de pleno acordo com todas as condições e obrigações constantes do edital e seus anexos.
- Prazo de validade da Proposta não inferior a 90 (noventa) dias.
- Prazo de entrega não superior a ----- (-----) dias corridos, contados na forma prevista no item 12 do Edital.
- Razão social, endereço completo, telefone, da empresa proponente, CNPJ, nome do banco, agência e nº da conta bancária onde deseja receber os seus créditos.

PREÇO TOTAL DA PROPOSTA R\$: _____ (valor por extenso)

VALIDADE DA PROPOSTA: ____/____/____ (Não inferior a 90 dias)

RAZÃO SOCIAL: _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE: _____ E-MAIL: _____

BANCO: ____ AGÊNCIA: ____ CONTA CORRENTE: _____

_____, ____ de _____ de _____

- carimbo padronizado de CNPJ -

Assinatura do responsável pela empresa

ANEXO V

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS PARTES

1.1. O DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.700/0001-08, com sede no SRTVN Quadra 701 Lote D, 1º e 2º andares, Ed. PO700 - Bairro Asa Norte - CEP 70719-040 - DF, representada neste ato por **JURACY CAVALCANTE LACERDA JÚNIOR, CPF nº 9xx.xxx.xxx-15**, na qualidade de Secretário de Estado, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, conforme Decreto de 20 de fevereiro de 2025, publicado na Edição Extra nº 16-A do DODF, de 20 de fevereiro de 2025, pg. 1, e a empresa _____, doravante denominada CONTRATADA, CNPJ nº _____, com sede no endereço _____, CEP: _____, e-mail: _____, Telefone: _____, representada por _____, portador (a) do RG _____, inscrito (a) no CPF nº _____, na qualidade de representante legal, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PROCEDIMENTO

2.1. O presente Contrato obedece aos termos do Termo de Referência 293 (185095635), **Edital de Licitação (.....)**, **Proposta da empresa (.....)**, da Lei n.º 14.133, de 2021 e do Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. O Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de **SERVIÇOS DE ENSAIO DE PROFICIÊNCIA** (Controle Externo da Qualidade) para Laboratório Clínico, nos termos do Termo de Referência 293 (185095635), **Edital de Licitação (.....)**, **Proposta da empresa (.....)**, da Lei n.º 14.133/2021, do Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023 e alterações posteriores, **que passam a integrar o presente Termo.**

ITEM	CÓDIGO BR	AMPLA CONCORRÊNCIA - DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE (número de laboratório atendidos)
1	19127	Serviço de ensaio de Proficiência (Controle Externo da Qualidade) para laboratório clínico, por empresa especializada	Unidade	16

3.2. Havendo divergência entre a especificação constante no Termo de Referência e a especificação contida no Sistema Comprasnet (código BR), prevalecerá a especificação do Termo de Referência. As unidades de fornecimento a serem fornecidas são as especificadas no detalhamento;

4. CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. REGIME DE EXECUÇÃO

4.1.1. O Regime de Execução do Contrato está disposto no inc. XXIX, do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, qual seja: **EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL**, por se tratar de execução de serviço por preço certo e total.

4.2. SUBCONTRATAÇÃO

4.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual

4.3. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.3.1. **Início das atividades**

4.3.1.1. Após a assinatura do contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a CONTRATANTE convocará o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do cronograma de execução, bem como plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

4.3.1.2. A Contratada cumprirá o prazo de **30 (trinta) dias** para o início da prestação dos serviços, a contar da assinatura do contrato, definido em cronograma a ser apresentado na reunião inicial pela Gerência de Serviços de Apoio Diagnóstico (GEDIAG);

4.3.1.3. Caso não seja possível o cumprimento do prazo descrito acima, para iniciar a prestação de serviços, a contratada deverá apresentar justificativa, por escrito ao Fiscal do Contrato, cabendo a este a concordância ou não. No caso de concordância, será estabelecido um novo prazo.

4.3.2. Local e Horário da prestação do serviço

4.3.2.1. O horário de atendimento para o recebimento das amostras é das 07h00 às 12h00 e das 13h00 às 18h00, de segunda a sexta-feira, exceto feriados. A Secretaria de Saúde do DF poderá estabelecer novos horários, com vistas ao atendimento de necessidades excepcionais, desde que previamente definidos e comunicados à Contratada, a fim de evitar a realização de horas extras.

4.3.2.2. Os serviços deverão ser entregues nas 16 unidades laboratoriais da rede SES/DF, nos locais citados na tabela abaixo:

NÚMERO	UNIDADE LABORATORIAL	ENDEREÇO	EXAMES A SEREM AVALIADOS
1	Laboratório Regional do Guará - LRGU	QE 23, Guará II, Brasília/DF, CEP: 71.025-000, Guará II - DF	Itens 1, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13 e 15
2	Laboratório Regional de Ceilândia - LRC	EQNP 11/7, Setor P Norte, CEP: 70.719-040, Ceilândia - DF	Itens 1, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 15
3	Unidade Mista de São Sebastião - UMSS	Avenida Comercial, n.º 10, CEP: 71.691-006, São Sebastião - DF	Itens 1, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 13 e 15
4	Unidade Mista de Taguatinga - UMST	C 12 Área Especial nº 01, CEP: 70.297-400, Taguatinga Centro - DF	Itens 1, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15 e 16
5	Hospital Regional Asa Norte – HRAN	Setor Médico Hospitalar Norte, Quadra 101- Área Especial, CEP: 70.710-905, Asa Norte - DF	Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 15, e 19
6	Hospital Regional de Brazlândia – HRBz	Área Especial nº 1 - Setor Tradicional, CEP: 72.720-901, Brazlândia - DF	Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 15 e 19
7	Hospital Regional de Ceilândia - HRC	QNM 27 Área Especial 1 QNM 28, CEP: 72.215-270, Ceilândia – DF	Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 15 e 19
8	Hospital Regional do Guará – HRGU	Área Especial – QI O6 Lote “C”, CEP: 71.010- 006, Guará I - DF I	Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 15 e 19
9	Hospital da Região Leste (Paranoá) - HRL	Quadra 2, Conjunto K, Lote 1, Área Especial Hospitalar, CEP: 71.570-050, Paranoá – DF	Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 15 e 19
10	Hospital Regional do Gama - HRG	Área Especial 1, Setor Central, CEP: 72.405-901, Gama – DF	Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 15 e 19
11	Hospital Regional de Planaltina - HRPL	Av. WL4 Área Especial, Setor Hospitalar Planaltina, CEP: 73.310- 000, Planaltina – DF	Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 15 e 19
12	Hospital Regional de Sobradinho - HRS	Q 12 Conjunto B Lote 38, CEP: 73.010-120, Sobradinho – DF	Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 15 e 19
13	Hospital Regional de Samambaia - HRSAM	QS 614 Conjunto C Lotes 1/2, CEP: 72.322-583, Samambaia – DF	Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 15 e 19
14	Hospital Regional de Taguatinga - HRT	Setor C Norte, Área Especial 24, CEP: 72.115-902, Taguatinga Norte – DF	Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 14, 15, 17, 18 e 19
15	Hospital de Apoio de Brasília - HAB	Q AENW 03 lote A, CEP: 70.684-831, Setor Noroeste - DF	Itens 1, 3, 4, 5, 6, 8, 9 e 15
16	Hospital Materno Infantil de Brasília - HMIB	SGAS Av. L2 Sul Quadra 608 Módulo A, CEP: 70203 -900, Asa Sul - DF	Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 15 e 19

4.3.2.3. O serviço prestado deve atender as necessidades de todos eles, com a disposição dos testes definidos, por meio da tabela abaixo:

TABELA 1 - DETALHAMENTO DOS EXAMES A SEREM AVALIADOS

ITEM	GRUPO	DESCRIÇÃO DOS EXAMES
1	Bioquímica	Ácido úrico, albumina, amilase, bilirrubina direta, bilirrubina total, cálcio total, cloreto, colesterol HDL, colesterol LDL, colesterol Total, creatinofosfoquinase (CPK), creatinina, desidrogenase láctica (DHL), ferro sérico, fosfatase alcalina, fósforo, gama glutamil

		transferase, glicose, hemoglobina glicada, lactato (ácido láctico), lipase, magnésio, potássio, proteínas totais, sódio, transaminase oxalacética (TGO), transaminase pirúvica (TGP), triglicerídeos, capacidade total de fixação do ferro, ureia e proteína C reativa.
2	Marcadores Cardíacos e Procalcitonina	Troponina I ou T, CKMB massa, NT-pro BNP e procalcitonina.
3	Líquidos corporais	Albumina, amilase, bilirrubina total, colesterol total, creatinina, glicose desidrogenase láctica, proteínas totais, triglicerídeos, ureia, contagem global e diferencial de células.
4	Líquor	Cloreto, glicose, proteína, lactato, contagem global e diferencial de células no líquido.
5	Bioquímica Urinária (Quantitativo)	Proteína, sódio, potássio, cloreto, fósforo, glicose, ureia, amilase, creatinina, cálcio total, magnésio, ácido úrico e albumina (microalbuminúria).
6	Hematologia	Hemograma completo, contagem global e diferencial de leucócitos, contagem de reticulócitos (automatizada), fibrinogênio, teste de protrombina (TP), teste de tromboplastina ativada (TTPA), D-DÍMERO e velocidade de hemossedimentação (VHS).
7	Imunologia	Citomegalovírus IgG e IgM e toxoplasmose IgG e IgM.
8	Testes rápidos	Dengue NS1, teste rápido para Treponema Pallidum, teste rápido para HIV, teste rápido para HCV, teste rápido para HBSAg, teste rápido para pesquisa de antígeno do vírus SARS-CoV 2 e teste rápido para gravidez.
9	VDRL floculação	VDRL floculação.
10	Hormônios	Hormônio luteinizante, hormônio tireoestimulante, insulina, paratormônio, progesterona, prolactina, antígeno prostático específico total, antígeno prostático específico livre, sulfato dehidroepiandrosterona (SDHEA), testosterona total, tiroxina livre, alfafetoproteína, anticorpos antiperoxidase, antígeno carcinoembrionário, antitireoglobulina, CA 125, CA 15.3, CA 19.9, cortisol plasmático, estradiol, ferritina, hormônio folículo estimulante, vitamina D 25-OH, vitamina B12, ácido fólico (folato) e homocisteína.
11	Proteínas Especiais	Complemento C3, complemento C4, IgA total, IgM total, IgG total, fator reumatóide, alfa-1 glicoproteína ácida e antiestreptolisina O.
12	Microbiologia	Identificação bacteriana, teste de sensibilidade a antimicrobianos, baciloscopia (BAAR), bacterioscopia (GRAM) e pesquisa direta de fungos em líquido
13	Parasitologia	Exame parasitológico de fezes e pesquisa de sangue oculto.
14	Autoimunidade	FAN HEP-2, anti-DNA por imunofluorescência, anti-SSA (RO), anti-SSB (LA), anti-RNP, anti-JO1, anti-SCL70 e anti-SM.
15	Elementos Anormais e Sedimentoscopia (EAS)	Exames físicos, químicos e sedimentoscopia automatizada da urina.
16	Tireoglobulina	Tireoglobulina
17	Eletroforeses	Eletroforese de hemoglobina e eletroforese de proteínas.
18	Trombose e trombofilia	Anticoagulante lúpico, Antitrombina III, Proteína C, Proteína S e Resistência a proteína C ativada.
19	beta HCG (quantitativo)	Dosagem de beta-HCG quantitativo

4.3.3. Fornecimento das Amostras

4.3.3.1. A contratada enviará periodicamente as amostras de controle, conforme programas já estabelecidos pela contratada, obedecendo as seguintes condições:

Encaminhar, anualmente, ou conforme o planejamento da contratada, o cronograma das rodadas de análise para que as unidades possam realizar um planejamento prévio;

As amostras para o controle externo de qualidade (soro, urina liofilizada e/ou líquida, lâminas bacteriológicas, lâminas hematológicas, fezes humanas, soluções, plasma humano, sangue total e outros materiais biológicos), de acordo com o programa da contratada atendendo a TABELA 1, para cada uma das 16 unidades laboratorial existentes);

O transporte das amostras até cada unidade laboratorial, é de inteira responsabilidade da Contratada, devendo a mesma garantir a viabilidade das amostras. Em caso de amostra considerada inviável, sem as devidas condições de acondicionamento, a contratada deverá realizar a troca das mesmas ou refazer o ensaio, no prazo de 7 dias para que não haja prejuízo para o laboratório, sem ônus para a SES/DF.

4.3.4. Realização dos Testes e Envio dos Resultados

4.3.4.1. O laboratório clínico realizará os testes de proficiência nas amostras enviadas e registrará os resultados, conforme programas já estabelecidos pela contratada;

4.3.4.2. O laboratório enviará os resultados dos testes à contratada dentro do prazo estabelecido pela contratada, devendo contemplar as seguintes situações:

Disponibilizar as estatísticas entre os participantes do controle de qualidade e emissão de relatórios de avaliação com ferramenta de acompanhamento do desempenho analítico para múltiplas unidades laboratoriais, no prazo de até 45 dias corridos, a partir do dia seguinte da coleta das amostras;

Oferecer um serviço online para a melhor gerência dos dados, com consultas a documentos e relatórios a qualquer hora e lugar, devendo também ser fornecidos materiais educativos, ou seja ferramentas de educação continuada para os profissionais da área (questionários técnicos, clínicos, vídeos, slides, fotografias ou outros materiais que possam contribuir para a atualização ou capacitação do servidor), além de formulários e instruções que auxiliem o laboratório a implantar e monitorar o ensaio de proficiência;

A contratada deverá disponibilizar acessos individualizados para todas as dezesseis unidades laboratoriais, de maneira que as unidades possam lançar seus resultados e serem avaliadas individualmente, frente aos demais pares dos ensaios.

4.3.5. **Análise e Avaliação**

4.3.5.1. A contratada analisará os resultados, comparando-os com padrões estabelecidos e dados estatísticos de outros laboratórios participantes;

4.3.5.2. Serão emitidos relatórios detalhados contendo análise dos resultados, identificação de possíveis desvios e recomendações de melhoria (a contratada deverá realizar treinamento de todo o processo envolvido, para todas as unidades laboratoriais, no Ensaio de Proficiência no momento da implantação do serviço e quando solicitado pela SES-DF);

4.3.5.3. O laboratório utilizará os relatórios para implementar ações corretivas e melhorar a qualidade dos serviços prestados;

4.3.5.4. A contratada prestará suporte técnico ao laboratório para esclarecimento de dúvidas e interpretação dos resultados.

5. **CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR**

5.1. O valor total do Contrato é de **R\$**, em procedência ao Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, nos termos da correspondente Lei Orçamentária Anual.

TABELA COM VALORES

XXXXXXXX

5.2. **Reajuste contratual**

5.2.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **XX/XX/202X**.

5.2.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.2.3. O **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE)** será o índice de reajuste aplicável, ou qualquer outro índice oficial que venha a sucedê-lo.

5.2.4. O reajuste será realizado por apostilamento.

6. **CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Secretaria deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I	Unidade Orçamentária:	
II	Programa de Trabalho:	
III	Natureza de Despesa:	
IV	Fonte de Recursos:	
V	Valor Inicial:	
VI	Nota de Empenho:	
VII	Data de Emissão:	
VIII	Evento:	
IX	Modalidade:	

6.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO**

7.1. **RECEBIMENTO DO OBJETO**

7.1.1. Por se tratar de um serviço de prestação continuada e descentralizada, o recebimento do objeto contratual ocorrerá tão somente de forma processual.

7.1.2. O recebimento provisório precederá o definitivo, que será realizado após a devida verificação da conformidade do objeto contratado mensalmente, sendo formalizados pelo atesto do fiscal do contrato na Nota Fiscal correspondente ao período. Este atesto está condicionado à verificação do cumprimento de todas as fases do serviço prestado no período de medição.

7.1.3. Os serviços executados em desconformidade com as especificações serão rejeitados, e a Contratada deverá corrigi-los às suas expensas no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

7.1.4. O atesto da Nota Fiscal e o consequente recebimento definitivo não excluem a responsabilidade civil e ético-profissional da Contratada pela perfeita execução do contrato e pela exatidão dos relatórios e análises fornecidas.

7.2. LIQUIDAÇÃO

7.2.1. A liquidação e o pagamento das despesas são precedidos dos procedimentos de recebimento provisório e definitivo, conforme detalhado no item 7.1.

7.2.2. Para fins de liquidação e pagamento, considerar-se-á o atesto no Termo de Recebimento Definitivo como parâmetro para o estabelecimento da ordem cronológica de pagamento.

7.3. PRAZO DE PAGAMENTO

7.3.1. O pagamento à contratada deverá ser realizado em prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada e do aceite da Administração, de acordo com as normas orçamentárias e financeiras do Distrito Federal, conforme disposto no Decreto nº 32.598/2010;

7.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária.

7.4. FORMA DE PAGAMENTO

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

7.4.3. No momento do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

7.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, no momento da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

7.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.5. CESSÃO DE CRÉDITO

7.5.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico;

7.5.2. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante;

7.5.3. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo;

7.5.4. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JI-01, de 18 de maio de 2020](#);

7.5.5. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos);

7.5.6. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

7.6. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

7.6.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), [disposto neste item](#);

7.6.2. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR é o ajuste escrito, anexo ao contrato entre o provedor de serviços e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento;

7.6.3. O IMR deverá subsidiar a fiscalização técnica do contrato, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, bem como para a aplicação de sanções contratuais cabíveis;

7.6.4. Caberá à fiscalização técnica avaliar **mensalmente** a prestação do serviço, por meio dos indicadores abaixo:

INDICADOR	DESCRIÇÃO	META ESPERADA	FREQUÊNCIA DE VERIFICAÇÃO	FONTE DE VERIFICAÇÃO	MECANISMO DE CÁLCULO	PARÂMETRO PARA DESCONTO	INCIDÊNCIA
1) Pontualidade na Entrega dos Relatórios	Verifica se os relatórios de avaliação foram entregues no prazo estipulado em contrato.	100% dos relatórios entregues em até 45 dias após o encerramento da rodada.	Após cada rodada	Registro de data de envio dos relatórios pela contratada.	Pontualidade = $\frac{\text{nº de relatórios no prazo} / \text{nº total de relatórios}}{100}$	Desconto de 2% por dia útil de atraso, até máximo de 10% por relatório.	Nota fiscal referente ao mês posterior ao cometimento da infração.

2) Qualidade Técnica dos Relatórios Emitidos	Avalia a clareza, completude e utilidade das informações contidas nos relatórios fornecidos.	$\geq 90\%$ de avaliação satisfatória ou superior.	Após cada rodada.	Ficha de avaliação técnica preenchida pelo laboratório contratante.	Satisfação = $\frac{\text{nº de avaliações satisfatórias}}{\text{nº total de avaliações}} \times 100$	Desconto de 5% para avaliações abaixo de 90% de satisfação.	Nota fiscal referente ao mês posterior ao cometimento da infração.
3) Disponibilidade e Agilidade do Suporte Técnico	Avalia a capacidade da contratada em responder dúvidas técnicas ou operacionais dentro do prazo acordado	Atendimento prestado em até 5 dias úteis após a solicitação.	Conforme demanda.	Registros de comunicação (emails, chamados, protocolos).	Agilidade = $\frac{\text{nº de respostas no prazo}}{\text{nº total de solicitações}} \times 100$	Desconto de 1% para cada episódio em que o tempo de resposta ultrapassar o prazo acordado, limitado a 10% mensal.	Nota fiscal referente ao mês posterior ao cometimento da infração.
4) Qualidade das Amostras Enviadas	Verifica as condições de conservação, rotulagem, transporte, integridade física e conformidade técnica das amostras enviadas para o laboratório	$\geq 95\%$ das amostras entregues em condições adequadas para análise	A cada envio de amostras.	Registro fotográfico, ficha de recebimento e relatório de não conformidade (quando aplicável) preenchido pelo laboratório executor.	Qualidade das amostras = $\frac{\text{nº de amostras não conformes}}{\text{nº total de amostras enviadas}} \times 100$	Desconto de 5% para cada envio que contenha amostras em condições inadequadas, limitado a 10% mensal.	Nota fiscal referente ao mês posterior ao cometimento da infração

7.6.5. Para os indicadores avaliados como "Não Conforme", o fiscal técnico ou gestor do contrato deverá notificar formalmente a contratada, solicitando um plano de ação para correção da falha. A reincidência no descumprimento de um mesmo indicador poderá acarretar a aplicação de outras sanções contratuais, além dos descontos previstos;

7.6.6. A cada trimestre a fiscalização avaliará o indicador de forma cumulativa, conforme parâmetros para desconto.

7.6.7. Havendo a necessidade do desconto, o mesmo será aplicado na nota fiscal no último mês do trimestre avaliado

7.6.8. A avaliação consolidada dos indicadores será utilizada como critério objetivo para fundamentar as decisões sobre a prorrogação ou o eventual cancelamento do contrato;

7.6.9. Os Indicadores de desempenho dos Instrumentos de Medição de Resultado do objeto deste Estudo Técnico Preliminar poderão, a qualquer tempo e em comum acordo entre as partes, ser ajustados, ampliados e/ou reduzidos, desde que estas alterações sejam devidamente formalizadas mediante Termo Aditivo de contrato

7.6.10. O IMR não impede a aplicação de outros mecanismos de fiscalização para garantir a qualidade do serviço de controle laboratorial prestado, sendo a Equipe de Fiscalização da SES/DF responsável pelo monitoramento contínuo da execução contratual.

7.7. Critério de glosas

7.7.1. A Glosa é uma recusa de pagamento de um serviço ou procedimento prestado, e pode ser parcial ou total. Casos excepcionais poderão ser revistos, considerando que não é possível esgotar todas as situações possíveis. Os principais motivos de glosas estão listados abaixo:

7.7.1.1. Apresentação de cobrança por serviço não prestado;

7.7.1.2. Cobrança com valor indevido;

7.7.1.3. Cobrança inadequada.

7.7.2. A Contratada disponibilizará a documentação de comprovação dos serviços prestados juntamente com a Fatura para o processo de lisura. Não cumprida essa exigência, a Contratante devolverá o respectivo Processo para ser reapresentado no mês posterior;

7.7.3. A Contratante deverá verificar a lisura das contas prestadas pela Contratada. Havendo, na conta, algum item ou valor divergente, a Contratante deverá apresentar à Contratada, por escrito, o relatório de Glosa;

7.7.4. A Contratada em caso de discordância com os valores glosados pelo Contratante terá prazo de 10 (dez) dias para recorrer da glosa, em processo apartado, também por escrito, em formulário próprio contendo as informações mínimas para identificação do recurso, como número do contrato, documentos contra os quais estão sendo interpostos os recursos, indicação dos pacientes e procedimentos, respeitando a Lei Geral de Proteção de Dados, com a devida justificativa de revisão do valor ou valores glosados. A partir do recebimento do recurso, a contratante (SES-DF) tem o prazo de até 30 (trinta) dias para decidir, salvo prorrogação por igual período, expressamente motivada, nos moldes da Portaria nº 460/2024 art. 26.

7.7.5. O recurso de Glosa, supracitado, apresentado tempestivamente pela Contratada será deferido ou não pela Contratante com a devida justificativa;

7.7.6. Finalizado o processo de glosa, será emitida nova nota fiscal com os valores complementares, conforme os casos de deferimento.

7.8. Aferição da Execução Contratual para Fins de Pagamento

7.8.1. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar mensalmente à fiscalização do contrato a seguinte documentação comprobatória da efetiva prestação dos serviços:

7.8.1.1. **Nota Fiscal ou Fatura** correspondente aos serviços prestados no período de competência, com a descrição, quantidade de laboratórios atendidos e valores em conformidade com o estabelecido em contrato.

7.8.1.2. **Relatório Consolidado de Execução dos Serviços**, detalhando as rodadas de ensaio de proficiência realizadas no período para cada uma das 16 (dezesesseis) Unidades Laboratoriais, comprovando o envio das amostras-controle e a disponibilização dos respectivos relatórios de avaliação.

7.8.1.3. **Relatório de Desempenho dos Indicadores de Resultado (IMR)**, contendo a apuração de todos os indicadores definidos neste Termo de Referência. Este documento servirá de base para a fiscalização validar a qualidade do serviço prestado e calcular eventuais descontos a serem aplicados na Nota Fiscal.

7.8.2. A ausência ou incorreção de qualquer um dos documentos listados poderá acarretar a suspensão do processo de pagamento até que a pendência seja sanada pela Contratada.

8. **CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

8.1. A vigência do Contrato será de **24 (vinte e quatro) meses**, contados a partir da assinatura do contrato, **PRORROGÁVEL** por até 120 (cento e vinte) meses, na forma dos artigos 105 a 107 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme conveniência e oportunidade.

9. **CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA**

9.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no valor de **R\$**, percentual de **3% (três por cento)** do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

9.2. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 05 dias úteis após a assinatura do contrato.

9.3. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato, de forma que o marco para início da contagem do prazo é a data da homologação da contratação direta, por entendimento análogo ao exposto no §3º do art. 145, da Lei nº 14.133/2021.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL**

10.1. Emitir “Aceite” do serviço a cada entrega, conferindo se o mesmo está de acordo com a especificação exigida no edital;

10.2. Efetuar pagamentos devidos, nas condições estabelecidas neste contrato, de acordo com as normas financeiras e orçamentárias do DF;

10.3. Fornecer e colocar à disposição da Contratada todos os elementos e informações que fizerem necessários à execução do objeto;

10.4. Verificar se a execução dos serviços prestados, demonstrada por meio de informações/relatórios apresentados pela Contratada, foi realizada com observância às disposições pertinentes ao Contrato, implicando o cancelamento do pagamento em caso negativo;

10.5. Fiscalizar a realização dos serviços, podendo solicitar providências à Contratada, que atenderá ou justificará de imediato qualquer pendência que possa surgir;

10.6. Exigir que sejam atendidos todos os requisitos e obrigações de manutenções preventivas e corretivas estabelecidas neste contrato;

10.7. Cumprir fielmente o Contrato de modo que a Contratada possa realizar o fornecimento e a prestação dos serviços com esmero e perfeição;

10.8. Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas no serviço;

10.9. Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos da sua responsabilidade, bem como fiscalizar a execução do objeto do contrato;

10.10. Fiscalizar a entrega do serviço, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer caso haja qualquer divergência entre o serviço entregue e as condições e exigências fora das especificações deste Contrato e do Edital;

10.11. Especificar os itens do objeto conforme este Contrato;

10.12. Estabelecer atesto de notas fiscais após análise técnica dos serviços prestados pela Contratada, configurando tal etapa como critério para o recebimento e pagamento do serviço contratado;

10.13. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor ou da comissão de recebimento/execução do serviço deverão ser adotadas por seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes à Administração.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

11.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste documento, seus Apêndices e sua proposta, assumindo, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da perfeita execução do objeto;

11.2. Executar os serviços de acordo com as especificações estabelecidas neste Contrato e Apêndices;

11.3. A Contratada, em conjunto com a Contratante, deverá realizar um levantamento das necessidades relacionadas a treinamentos, de forma a capacitar cada agente de serviço deixando-o apto a realizar suas atividades. Os treinamentos sob a responsabilidade da Contratada devem abranger:

11.3.1. Normas de segurança previstas em atos legais e normativos;

11.3.2. Novos processos de trabalho;

11.3.3. Os treinamentos realizados pela Contratada deverão ser documentados;

11.4. A execução de serviços de manutenção deverá ser restrita aos técnicos com treinamento.

11.5. Manter, durante toda a execução do fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.6. Proporcionar treinamentos iniciais de acordo com a demanda e cronograma estabelecido pelo executor do contrato e/ou GEDIAG, bem como palestras, cursos técnico-científicos pertinentes à área de uso do ensaio de proficiência, avanços tecnológicos e reciclagem educativa a serem ministrados por equipe científica da própria contratada ou por ela designada aos servidores da rede de laboratórios e sem ônus para a SES/DF. O

treinamento inicial e retreinamentos previamente acordados serão às expensas da contratada e o material necessário para a realização dos treinamentos deverá ser fornecido pela contratada sem ônus para a SES/DF;

11.7. Disponibilizar os relatórios de cada rodada dos ensaios de proficiência em até 45 dias após o encerramento da rodada. Sendo esses, obrigatoriamente, claros e suficientes para tomada de decisões;

11.8. Atender os chamados de suporte no prazo máximo de 5 dias úteis após a solicitação;

11.9. Encaminhar as amostras para execução dos ensaios de proficiência em condições adequadas, obedecendo as legislações vigentes, tais como: temperatura, rotulagem e conformidade técnica;

11.10. Prestar assessoria científica por pessoal legalmente habilitado inscrito nos respectivos conselhos de classe (CRF, CRM, CRBio ou CRBM);

11.11. Ofertar insumos de boa qualidade que estejam em conformidade com os padrões exigidos pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;

11.12. Os funcionários e técnicos prestadores de serviços da contratada deverão usar identificação, devidamente reconhecida pela SES/DF, havendo necessidade de visitas presenciais;

11.13. Responsabilizar-se pelos impostos incidentes sobre o objeto do Contrato, bem como as despesas de viagem, estadia e alimentação dos seus agentes de serviço por ocasião das visitas de apoio técnico;

11.14. Cumprir os prazos estabelecidos. O descumprimento dos prazos sem justificativa aceita pela SES/DF, bem como a não apresentação de comprovação de procedência do material utilizado, quando solicitado, acarretará em aplicação de penalidades, com base na legislação vigente;

11.15. Disponibilizar equipe técnica e assessoria científica, para prestação de serviços de assessoria durante 05 (cinco) dias na semana, durante horário comercial, legalmente habilitados e com experiência comprovada, incluindo contato telefônico de fácil acesso ou acesso remoto com dados abertos (0800 ou similar), o que deverá ser anexado na proposta. A assessoria científica deve ser prestada por pessoal legalmente habilitado inscrito nos respectivos conselhos de classe (CRF, CRM, CRBio ou CRBM);

11.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

11.17. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

11.18. A contratada deve manter todos os serviços previstos, durante a vigência contratual, e após findado ou cancelado o contrato, até que todos os produtos adquiridos sejam utilizados pela SES-DF;

11.19. A Contratada deverá seguir todas as normas de segurança vigentes na Instituição.

11.20. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

11.21. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

11.21.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

11.21.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

11.21.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

11.22. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017.

11.23. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

11.24. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

11.25. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

11.26. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

11.27. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;

11.28. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Contrato, no prazo determinado;

11.29. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

11.30. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;

11.31. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.32. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015/

11.33. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto em casos previstos em lei;

11.34. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

- 11.35. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 11.36. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 11.37. Cumprir com o disposto na Lei nº 6.679, de 24/09/2020, que dispõe sobre a exigência de garantia de equidade salarial entre homens e mulheres nas empresas que contratam com o Poder Público do Distrito Federal;
- 11.38. Cumprir com o disposto na Lei nº 6.112, de 02/02/2018, que dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação do Programa de Integridade nas empresas que contratarem com a Administração Pública do Distrito Federal;
- 11.39. Cumprir com o disposto na Lei nº 8.078, de 11/11/1990, que estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias;
- 11.40. Cumprir com o disposto no Decreto nº 39.736, de 28/03/2019, que dispõe sobre a Política de Governança Pública e Compliance no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Distrito Federal;
- 11.41. Cumprir com o disposto na Portaria nº 356, de 29/07/2019, da Controladoria Geral do Distrito Federal;
- 11.42. Cumprir com o disposto na Portaria nº 915, de 31/07/2019, do Ministério da Economia, que estabelece os termos e as definições comuns às Normas Regulamentadoras - NR relativas à segurança e saúde no trabalho;
- 11.43. Cumprir rigorosamente as normas da ABNT, ANVISA, CREA e Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente quanto às Normas de Medicina e Segurança do Trabalho incluindo a Portaria nº 2.914/2011-MS, Portaria nº 82/2000-MS e Resolução RDC nº 11/2014-ANVISA e demais normas e regulamentos pertinentes aos serviços objeto deste Contrato que não tenham sido citadas;
- 11.44. Devolver ao término do prazo de vigência contratual todo e qualquer equipamento pertencente à SES-DF que esteja sob sua guarda, em perfeito e regular funcionamento, no prazo máximo de 30 dias, sob pena de responsabilização por ato de improbidade administrativa, conforme Lei 8.429/92;
- 11.45. Prestar os serviços ora contratados através de seus técnicos, devidamente credenciados e capacitados, que não tenham em nenhuma hipótese vínculo empregatício com a SES-DF;
- 11.46. Executar os serviços de acordo com os requisitos de qualidade, utilidade, resistência e segurança recomendados pelo fabricante e normas aplicáveis.;
- 11.47. Os materiais empregados e os serviços executados, de manutenção ou eventuais, deverão obedecer rigorosamente: Às normas e especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); Às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); Às normas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e suas regulamentações;
- 11.48. Comunicar, imediatamente, por intermédio do preposto, ao executor central e aos executores regionais do contrato toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do contrato;
- 11.49. Responsabilizar-se por todo o conjunto de ferramentas, dispositivos e aparelhos adequados à perfeita execução dos serviços contratados;
- 11.50. Cumprir rigorosamente as normas técnicas relacionadas à prestação dos serviços, responsabilizando-se pela qualidade dos serviços prestados, bem como pela segurança de seus empregados;
- 11.51. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à SES/DF, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.52. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato, bem como arcar com as despesas com seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações e outros que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;
- 11.53. Responsabilizar-se pelos danos causados à Contratante ou terceiros, decorrentes da execução dos serviços contratados.
- 11.54. Aceitar as alterações do valor inicialmente estimado para aquisição do objeto licitado nos termos da lei.
- 11.55. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior não transfere à SES-DF a responsabilidade por seu pagamento nem poderá onerar o objeto deste contrato;
- 11.56. Em se tratando da prestação de serviços, com dedicação de mão de obra, fica a Contratada obrigada a se manter adimplente às suas obrigações, em caso contrário, fica a Administração Pública autorizada a realizar os descontos e respectivos pagamentos de salários diretamente aos empregados, bem como das respectivas contribuições Previdenciárias e do FGTS, quando esses não forem honrados pelas empresas;
- 11.57. É responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE, manter limpos, livres e desimpedidos de sujeiras, restos de materiais e tintas, os locais de realização dos serviços durante e após a execução destes, bem como todos os acessos e demais dependências da edificação utilizadas.
- 11.58. A CONTRATADA deverá utilizar ferramentas e instrumentos de medição recomendados pelo fabricante e ainda possuir certificados de calibração dos seus instrumentos com rastreabilidade na Rede Brasileira de Calibração (RBC).
- 11.59. A CONTRATADA deverá fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) exigidos legalmente para cada tipo de serviço (Portaria nº 3214/78, do MTE).
- 11.60. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.61. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados na legislação;
- 11.62. **SUSTENTABILIDADE**
- 11.62.1. A contratada deverá observar as diretrizes de sustentabilidade ambiental previstas no Decreto 7.746, de 5 de junho de 2012, alterado pelo Decreto 9.178, de outubro de 2017.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

- 12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

12.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

13.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

13.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

13.2.4. **Multa:**

13.2.4.1. Sanção prevista de **Multa**, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 desta Lei](#).

13.2.4.2. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

13.2.4.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

13.2.4.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

13.2.4.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

13.2.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.2.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
2. as peculiaridades do caso concreto;
3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
4. os danos que dela provierem para o Contratante;
5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competentes definidos na referida Lei (art. 159).

13.2.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

13.2.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

13.2.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL**

14.1. A rescisão do Contrato se dará nos termos dos Artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021;

14.2. No procedimento de rescisão contratual, serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a Contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a Contratante adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

14.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa CONTRATADA não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.8. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.9. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.10. Indenizações e multas.

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA**

15.1. Os débitos da CONTRATADA para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA COMISSÃO EXECUTORA**

16.1. Os gestores e fiscais do contrato serão designados pela autoridade máxima da SES/DF, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, na forma do [art. 7º da Lei nº 14.133/2021](#) e art. 10 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, de forma que serão anexadas ao processo SEI vinculado a esta contratação as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções;

16.2. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

16.2.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei 14.133/2021, art.115, *caput*);

16.2.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei 14.133/2021, art.115, §5º);

16.2.3. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

16.2.4. A CONTRATANTE poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

16.2.5. Após a assinatura do contrato, a CONTRATANTE convocará o representante da CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do cronograma de execução, bem como plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

16.3. **PREPOSTO**

16.3.1. A Contratada deverá designar formalmente o preposto da empresa antes do início da prestação dos serviços, especificando no documento os poderes e deveres relacionados à execução do objeto contratado.

16.4. **FISCALIZAÇÃO**

16.4.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei 14.133/2021, art.117, *caput*);

16.4.2. Os gestores e fiscais do contrato e seus substitutos serão designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, devendo ser indicados pela **Diretoria de Serviços de Urgências, Apoio Diagnóstico e Cirurgias - SES/SEAS/SAIS/CATES/DUAEC**, em conformidade com o art. 7º da Lei nº 14.133/2021 e art. 10 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, de forma que serão anexadas ao processo SEI vinculado a esta contratação as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.

16.5. **FISCALIZAÇÃO TÉCNICA**

16.5.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

16.5.2. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

16.5.3. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

16.5.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

16.5.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

16.5.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual;

16.5.7. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

16.5.7.1. A contratada deverá comunicar a execução do serviço através da emissão de Nota Fiscal.

16.6. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

16.6.1. O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, solicitará a emissão da nota fiscal, acompanhará o empenho e o pagamento;

16.6.2. O fiscal administrativo acompanhará as garantias, as glosas e a formalização de apostilamentos e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

16.6.3. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

16.7. GESTOR DO CONTRATO

16.7.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

16.7.2. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

16.7.3. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato;

16.7.4. Incluir ao final da análise de prestação de contas o atesto para prosseguimento do pagamento da prestação de serviço, conforme **Modelo Atesto**.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

19.2. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

APÊNDICE I

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

(Parecer técnico condicionado a montagem/instalação/teste in loco)

IDENTIFICAÇÃO
UNIDADE DE DESTINO:

PROCESSO AQUISIÇÃO: AFM/SRP: OBJETO: SERVIÇO DE ENSAIO DE PROFICIÊNCIA (CONTROLE EXTERNO DA QUALIDADE) N.º CONTRATO ou NOTA DE EMPENHO: CONTRATADA: CNPJ: TELEFONE (s):				
<p>Por este instrumento, atestamos para fins de cumprimento do disposto no Art. 140, inciso II, alínea "a", da Lei Nº 14.133, de 1 de abril de 2021, que os bens e/ou serviços, relacionados no quadro abaixo, foram recebidos provisoriamente nesta data e serão objeto de avaliação quanto aos aspectos de qualidade e conformidade do material com as exigências definidas pelo Edital Nº XX/20XX da SES-DF, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos.</p> <p>Assim, DECLARO que recebi provisoriamente os produtos/insumos/bens relacionados abaixo, de modo a acompanhar a entrega objetivando o recebimento definitivo, atesto da NOTA FISCAL nº _____ e posterior assinatura</p>				
ESPECIFICAÇÃO DOS BENS /SERVIÇOS				
ITEM	COD BR	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
Listar componentes/acessórios do equipamento (se houver):				

DE ACORDO
UNIDADE DE DESTINO: _____ SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL _____
NOME: ASSINATURA: MATRÍCULA: UNIDADE: DATA: / /

APÊNDICE II
TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

IDENTIFICAÇÃO
PROCESSO AQUISIÇÃO: AFM/SRP: OBJETO: SERVIÇO DE ENSAIO DE PROFICIÊNCIA (CONTROLE EXTERNO DA QUALIDADE) N.º CONTRATO ou NOTA DE EMPENHO: CONTRATADA: CNPJ:

TELEFONE (s):				
Por este instrumento, as partes abaixo identificadas atestam para fins de cumprimento do disposto no Art. 140, inciso II, alínea "b", da Lei Nº 14.133, de 1 de abril de 2021, que os bens e/ou serviços relacionados no quadro abaixo, possuem as quantidades, configuração, desempenho e a qualidade compatível com as condições e exigências técnicas constantes do Edital nºXXX/XXXX da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, conforme Nota Fiscal XXXXX (nº doc SEI) e quantidades constantes no Termo de Recebimento Provisório (informar o nº doc SEI do Termo de Receb. Provisório da unidade recebedora).				
ESPECIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS				
ITEM	COD BR	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
				Informar quantidade recebida conforme o Termo de Recebimento Provisório da unidade

Observação/Justificativa para a falta de assinatura de executor designado: para o referido Contrato não houve a publicação com designação de executores. Assim, as Diretorias Administrativas e/ou Gerências de Apoio Operacional são responsáveis pelo Recebimento e Atesto, o qual será consolidado e ratificado pela a Área Consolidadora da SAIS:

Brasília-DF, XX de XXXXXXXXXXXXXXX de 20XX.

Gestor do Contrato
Matrícula

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SRTVN Quadra 701 Lote D, 1º e 2º andares, Ed. PO700 - Bairro Asa Norte - CEP 70719-040 - DF